

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data 1/1/02
Cod. 111000048



**PROGRAMA PILOTO PARA
PROTEÇÃO DAS FLORESTAS
TROPICAIS DO BRASIL**

18ª REUNIÃO DO IAG
Brasília, 2 a 6 de dezembro de 2002

AGENDA TENTATIVA



PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

AGENDA TENTATIVA - 18ª REUNIÃO DO IAG

Data: Brasília, 2 a 6 de dezembro de 2002

Local: Coordenação Geral do PPG7, SCS Q.06 No. 50, Edifício Sofia, 2º andar, sala de reuniões

02 de dezembro – 2ª feira

09:00 – 10:30: Reunião interna dos membros do IAG

10:30 – 12:00: Reunião com a Equipe do Banco Mundial

Almoço

14:00 – 17:00: Reunião com a Coordenação Geral do PPG7, AMA e SPRN

- Informações gerais sobre o Programa Piloto;
- Conjuntura política dos Estados Amazônicos; e
- Apresentação sobre Programa Nacional de Florestas e perspectivas de articulação com o Programa Piloto.

17:00 – 18:30: Reunião com Doadores e Banco Mundial

18:30: Happy Hour (Restaurante Carpe Diem)

03 de dezembro – 3ª feira

09:00 – 12:00: Audiência com o Sr. Ministro do Meio Ambiente e a Sra. Secretária de Coordenação da Amazônia.

12:00 – 14:00: Apresentação e discussão sobre o estudo “**As Amazônias**” (Richard Pasquis) - almoço

14:00 – 16:00: Reunião com representantes da equipe de transição do novo governo: Sr. Gilney Vianna (Coordenador da Área Ambiental) e o Sr. Nilo Sérgio Diniz (Assessor da Senadora Marina Silva)

16:00 – 18:00: Reunião com representantes da Sociedade Civil: Rede Mata Atlântica (RMA), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Coalizão Florestas

04 de dezembro – 4ª feira

9:00 – 12:00: - Reunião com a equipe projeto AMA;

- Possíveis encontros com gerentes de projetos.

14:00 – 18:00: Início de elaboração do 18º Relatório do IAG.

05 (quinta-feira) e 06 (sexta-feira) de dezembro: - elaboração do relatório; e
- eleição do novo presidente do IAG.

Proposta de discussão sobre a 2ª Fase do PPG7

Enquanto o PPG7 tem sido elogiado por seu **trabalho inovador** na conservação da biodiversidade, no manejo dos recursos naturais, no suporte à sociedade civil e às populações indígenas, é reconhecido que as prioridades para a sua continuidade deveriam ser:

- Clara identificação das lições aprendidas e dos modelos de uso sustentável e proteção das florestas;
- melhoria na coerência das políticas públicas;
- inclusão de novos atores (setor privado, outros ministérios e municípios);
- convencionalização ("mainstreaming").

A **proposta brasileira** para a segunda fase concentra-se em seis linhas temáticas. Parece que existe um consenso entre os doadores de que a proposta é falha na definição de prioridades e que a mesma exige a criação de uma estrutura de coordenação onerosa, cujo financiamento ainda está indefinido, e a qual atuaria como 1 programa paralelo a outros programas do PPA. A proposta apresenta ainda o risco de centralizar o poder de decisão.

As **sugestões** dos doadores e Banco Mundial incluem:

- Redução do número de linhas temáticas para três;
- restrição nas competências e tarefas das Linhas Temáticas (e com isso limitações no papel das coordenações e comitês das TLs) em termos de avaliação, coordenação política e coerência de políticas públicas;
- dar plena responsabilidade orçamentária e de implementação às agências e ministérios/departamentos, onde os projetos estão inseridos, sem supervisão de outra instância com poder de decisão, tais como as Linhas Temáticas.

Até o momento, a proposta brasileira apresenta poucos arranjos de implementação e financiamento. Enquanto a primeira fase do PPG7 (1992-1999) foi considerada bastante influenciada pelos doadores ("donor driven"), a fase de transição (2000-2002) foi implementada e gerenciada em parceria ("managed partnership"). Agora deve ser estudado se a atual liderança do Governo brasileiro no PPG7, de acordo com os princípios internacionais de conservação e desenvolvimento sustentável, permitirá uma **outra forma de cooperação internacional**.

Nesta nova aproximação, a questão da coordenação não seria mais um programa piloto, mas o **conjunto das políticas públicas brasileiras relevantes para o setor**, incluindo todos os projetos e programas deste setor ("**sector wide approach**"). Isto reduziria a necessidade de estruturas paralelas,

permitiria a integração com instrumentos e instituições existentes de políticas brasileiras (p. ex. PNF, FNMA, FNO, ADA, programas de crédito), e daria maior visibilidade aos expressivos recursos brasileiros para este setor. Isto significaria também o fim do Programa "Piloto" e da sigla "PPG7".

Conforme praxe na cooperação internacional, tal abordagem implicaria (vide também Revisão Institucional de 1999):

- A identificação realista do "setor", p. ex. **"Conservação e Uso Sustentável das Florestas Tropicais Brasileiras"** (que inclui a Amazônia, Mata Atlântica e possivelmente ainda o Cerrado);
- Uma **visão** brasileira de longo prazo para os biomas (em relação à Amazônia já está sendo feito um estudo para o MMA, contratado pelo RFT);
- Um **programa nacional brasileiro** coerente para o setor (no caso da União: em diversas linhas do PPA) para atingir esta visão;
- **Apoio para o setor** de instituições multilaterais (BIRD, BID, GEF) e de doadores bilaterais para partes deste programa, em conformidade com suas próprias prioridades de cooperação internacional, incluindo apoio financeiro (empréstimos e doações), técnico e científico;
- **Apoio para a coordenação** central do Ministério do Meio Ambiente na análise e formulação de políticas públicas, no monitoramento de tendências regionais e dos impactos de políticas e programas, e para a unidade de coordenação setorial (possivelmente a nível de Secretaria Executiva do MMA), com poder persuasivo e não de controle. O AMA seria parte disto com um mandato mais abrangente e um maior apoio para pesquisa?
- Os elementos individuais do programa brasileiro (projetos e subprojetos) são implementados pelas instituições responsáveis, p. ex. ministérios, agências, estados, bancos (p.ex. BNDES) ou a sociedade civil (p.ex. OSCIP);
- Regras de conduta ("**Code of Conduct**"), que harmonizem o padrão de monitoramento e a política de informação para financiadores externos e agências de cooperação técnica (poderia ser elaborada com o auxílio da RFT);
- Decisão sobre frequência e escopo das novas **Comissões de Coordenação** (p.ex. Reunião bi-anual dos Participantes para questões de política setorial e suporte financeiro/técnico; reunião anual com representantes locais enfocando estritamente políticas públicas; o CONAMA poderia assumir algum papel?).

Papel futuro do Rain Forest Trust Fund (RFT)

O Banco Mundial continua utilizando o RFT para cumprir suas funções fiduciárias nos projetos ainda em andamento da Fase I do PPG7. Não haveria mais projetos bilaterais novos a serem co-financiados com recursos do RFT. Para o reabastecimento de recursos, o RFT serve como facilitador para a análise setorial no MMA e prioriza as seguintes funções:

- Identificação de lições aprendidas (não somente do PPG7) e monitoramento e avaliação (com o AMA);
- melhoria na coerência das políticas públicas e das atividades de ministérios participantes (possivelmente incluindo know-how externo, tal como Fundação Getúlio Vargas ou IPEA);
- fortalecimento institucional do MMA e de unidades de coordenação estaduais (se necessário);
- fortalecimento institucional da sociedade civil;
- melhoria e implementação da estratégia de comunicação;
- financiamento do Grupo Consultivo Internacional (IAG) (com Termo de Referência específico em políticas públicas);
- a pedido do MMA e na ausência de outros recursos financeiros, financiamento de estudos de viabilidade para projetos relevantes;
- a pedido, atuar como fiduciário de recursos adicionais de doadores para projetos específicos (porém com todos os custos da atuação de fiduciário pagos pelo respectivo doador).

O Banco Mundial gerencia o RFT (sob sua exclusiva responsabilidade) de acordo com as demandas e necessidades do MMA e possivelmente de outros parceiros, respeitando o Termo de Referência reestruturado e as regras gerais do Banco Mundial para fundos fiduciários multilaterais, e prestando conta anualmente aos doadores do RFT. A aprovação de uso específico do RFT no atual Comitê de Coordenação Conjunta seria suspensa.

Brasília, 27.05.2002, revisado em 22.10.2002
Embaixada da Alemanha
KfW – Agencia no Brasil
GTZ – Agencia no Brasil

NOTAS PRELIMINARES SOBRE ESTUDOS E ATIVIDADES
COMPLEMENTARES NA FASE DE TRANSIÇÃO DO PROGRAMA PILOTO

I. Áreas potenciais para estudos

1.1 *Arranjos Institucionais e Procedimentos Administrativos*

- i. *Análise de Instâncias Colegiadas* – avaliação do funcionamento de instâncias colegiadas do Programa Piloto (Reunião de Participantes, CCB, CCC, CCD, IAG), a partir da Revisão Institucional do Programa em 1999; eficiência e eficácia como instrumentos para novo modelo de gestão compartilhada (“mesa redonda”) entre parceiros do Programa Piloto, lições e recomendações para a segunda fase
- ii. *Análise da proposta de gestão institucional do Programa Piloto com base em linhas temáticas*: vantagens potenciais e riscos, proposta de criação de CCLTs: relação com outras instâncias colegiadas, especialmente CCB e CCC; articulação entre LTs com vistas a uma estratégia global do Programa; métodos de planejamento nas CCLTs, com incorporação de lições aprendidas; papel das CCLTs na orientação de projetos; potencial para estimular integração com outros programas e projetos, fora do Programa Piloto; análise da proposta existente, experiência inicial e elaboração de propostas, inclusive alternativas (p.ex. workshops periódicos sobre atuação do Programa, por linhas temáticas, sem criação de instâncias formais).
- iii. *Simplificação de Procedimentos Administrativos (vide último relatório do IAG)* - necessidades de simplificação/agilização de procedimentos administrativos em diversos níveis, p.ex. planejamento de projetos, gestão administrativa-financeira (GAP/MMA, UAP/ABC, PNUD, etc.)”; necessidades para avançar na compatibilização de procedimentos entre parceiros (Governo, Banco, Doadores); análise de alternativas (p.ex. OSCIP, PCA/SPRN),
- iv. *Cooperação Internacional no Programa Piloto*: Identificação de lições aprendidas entre experiências de cooperação técnica e financeira nos projetos do Programa Piloto; iniciativas inovadoras, entraves e estratégias adotadas para superá-los, indicativos para a segunda fase do Programa Piloto; desafio da inovação para o desenvolvimento sustentável, com construção de parcerias, compartilhamento de poder de decisão, incorporação de propostas inovadoras, compatibilização e simplificação de procedimentos administrativos, transparência, etc. relações de parceiros

internacionais com atores brasileiros e entre si (GTZ, KfW, Banco Mundial, DfiD, PNUD, CEC, USAID).

- v. *Necessidades de fortalecimento e Integração Coordenação / AMA: p.ex. i) planejamento estratégico – em nível de programa e subprogramas/ projetos - articulação com instâncias colegiadas de decisão e projetos (planejamento estratégico) , missões de supervisão (?), ii) assessoria em monitoramento e avaliação <capacitação e assessoria técnica em monitoramento e avaliação; com enfoque para análise de desempenho e impactos; lições aprendidas; missões de supervisão, iii) núcleo de disseminação e comunicação: enfoque para disseminação de lições aprendidas, influência sobre políticas públicas, apoio a projetos na profissionalização desta área, iv) assessoria administrativa-financeira – administração do BRA 98/005, apoio administrativo a projetos, inclusive capacitação, etc.*

1.2 Contribuições do Programa Piloto para Estratégias de Desenvolvimento Regional (com enfoque para a Amazônia)

- i. *Análise de Potencialidades de Integração entre o Programa Piloto e Programa Nacional de Florestas – oportunidades, riscos e desafios, alternativas de cooperação estratégica, arranjos institucionais, etc.*
- ii. *Programas de Desenvolvimento Local Sustentável – Análise de Contribuições Potenciais do Programa Piloto – Análise de experiências existentes e potencialidades de parcerias entre o Programa Piloto (SPRN, PDA, Promanejo, Provarzea, RESEX, etc.) e programas de desenvolvimento local sustentável (Comunidade Ativa, BNDES/PNUD, Agenda 21, PRONAF, PROAMBIENTE, Programa de Mesoregiões do MI, Projeto Guaia do MMA); articular com Expo Brasil – painel do Programa Piloto (21-22 de novembro)*
- iii. *Articulação entre o Programa Piloto e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) / Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA); análise de potencialidades de articulação entre o Programa Piloto e ADA/FDA (estratégias de desenvolvimento, incentivos econômicos)*
- iv. *Contribuições Potenciais do Programa Piloto para a implantação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (“ordenamento territorial em bases sustentáveis”) p.ex. planejamento regional (ZEE, etc.) atividades econômicas sustentáveis a serem apoiadas por políticas públicas (crédito, extensão, pesquisa); sistema de unidades de conservação e corredores ecológicos (incluindo RESEX, TIs, etc. - modelos), sistema de licenciamento ambiental em propriedades rurais / fortalecimento de sistemas de monitoramento e controle ambiental, de forma descentralizada ;*

assentamentos sustentáveis e regularização fundiária, etc. OBS: negociação de estratégias de desenvolvimento sustentável, analisando alternativas, vs. brigas ex-post no momento de licenciamento, EIA-RIMA); articular com estudos de "impactos ambientais agregados", avaliação ambiental estratégica.

- v. *Análise de Experiências Inovadoras de Negociação de "Pactos Sociais" sobre a Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais* (Agenda Positiva, em nível estadual e regional; Protocolos de Prevenção e Controle do Fogo; Comissão Regional de Licenciamento Ambiental, Agenda 21 Local, DLIS); análise de resultados/ impactos; lições aprendidas (inovações, obstáculos e como enfrenta-los), desafios para o futuro, especialmente em relação à atuação do Programa Piloto;
 - vi. *Políticas Públicas para a Consolidação da Fronteira e o Papel do Programa Piloto* (vide Agenda Positiva), necessidades para ajustes em políticas públicas (crédito, extensão, pesquisa, política fundiária, incentivos fiscais) para incentivar: a) melhor utilização de áreas já desmatadas (eficiência, sustentabilidade, recuperação), b) valorização da floresta em pé (valorização do manejo, serviços ambientais), inclusive Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente; análise sobre como iniciativas promissoras (inclusive no âmbito do PDA, Agroextrativismo, PROMANEJO, etc.) podem ser incorporadas em políticas mencionadas acima.
 - vii. *Análise de conflitos sócio-ambientais em áreas de atuação do Programa Piloto* – referentes a direitos de acesso e formas de utilização de recursos naturais; grupos envolvidos; causas, papel das políticas públicas; papel existente e potencial do Programa Piloto para a busca de soluções.
 - viii. *Estudo sobre potencialidades de articulação do Programa Piloto com o Tratado de Cooperação Amazônica* - áreas potenciais de cooperação, especialmente em termos de intercâmbio de experiências inovadoras e lições aprendidas, ações estratégicas em áreas de fronteira (p.ex. licenciamento ambiental, gestão de UCs, corredores e ecoregiões, ordenamento territorial em corredores de transporte e desenvolvimento, manejo florestal, recursos hídricos, etc.), articulação com outros programas afins, como SIVAM.
- 1.3 Estudos Temáticos (previstos para serem realizados via Projeto AMA)**
- i. *Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural – Análise de Subsídios para a sua Consolidação e Replicação* (TdR pronto)

- ii. *Ciência e Tecnologia* – Análise de necessidades para diminuir a lacuna entre pesquisa “pura” e as demandas de usuários de recursos naturais para tecnologias apropriadas.
- iii. *Política fundiária e desmatamento*: análise da evolução e situação atual de políticas de assentamento, alienação de terras públicas e regularização fundiária, em termos de seus impactos sobre o desmatamento; indicativos de contribuições potenciais do Programa Piloto para soluções práticas;
- iv. *Sistematização de Lições Aprendidas na implementação do ZEE nos estados da Amazônia* (a partir dos resultados do seminário de Manaus, texto do Denis Mahar, SDS, etc.)

II. Outras Ações Integrantes de uma Estratégia de Transição

- i. *Diálogo com novo governo sobre integração do Programa Piloto na estratégia de desenvolvimento sustentável na Amazônia e Mata Atlântica* - (agenda de contatos, preparação de pacote para apresentação - documento sobre a segunda fase; publicações do programa, p.ex. “Lessons from the Rain Forest” e projetos, vídeo, etc.); obs: articular com discussões sobre PNF, etc.
- ii. *Seminários e Workshops*: p.ex. painel sobre contribuições do Programa Piloto para estratégias de desenvolvimento local sustentável, no âmbito do seminário Expo Brasil Desenvolvimento Local (21-22 de novembro); Seminário sobre assistência técnica e extensão rural para a produção rural sustentável (em fase de planejamento).
- iii. *Assessoria e Capacitação em Instrumentos de Gestão*: a) métodos inovadores de planejamento, monitoramento e avaliação, visando melhorias na qualidade de gestão de projetos e subprogramas, b) estratégias de disseminação e comunicação (obs: envolvimento do PCA?)
- iv. *Visita a países amazônicos para discussão de possibilidades de cooperação entre Programa Piloto e iniciativas afins*: obs: articulação com estudo mencionado acima, TCA, outros programas governamentais, etc. (conforme diretrizes do novo governo)

Brent Millikan, Brasília, D.F., 04/11/2002

1. OBJETIVOS DA CONSULTORIA DE CURTO PRAZO

- Apoiar, no âmbito do Projeto AMA, a Coordenação do PP na elaboração do desenho e esboço institucional da fase pós-piloto do Programa Piloto por meio da contratação de dois peritos brasileiros de alto nível (especialização em políticas ambientais e administração pública) financiados pela GTZ, por um período de cinco meses (10 h/m), para coordenar – entre outros – as atividades laterais e os estudos a serem financiados pelo DFID
- Apoiar as atividades supracitadas por meio de um terceiro perito, preferencialmente da área social (pobreza e meio ambiente) a ser disponibilizado pelo DfID
- Elaborar opções para direcionar o Programa Piloto para um conjunto de ações estruturais de proteção e o uso sustentável das florestas tropicais, internacionalmente denominado “sector approach”, no âmbito do Plano Plurianual (PPA)

2. TAREFAS E ATIVIDADES

- a) Avaliar os pontos em comum e divergentes entre o principal documento “Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil” e outros documentos relevantes para as florestas tropicais (Amazônia e Mata Atlântica) elaborados pelo PPG7 e outros (PNF, Mid Term Review, Institutional Review)
- b) Identificar as experiências e lições relevantes do Programa Piloto para analisar sua possível contribuição para o Programa de Governo. Devem ser utilizados como insumos os resultados do Projeto AMA, o estudo do Programa Piloto sobre visões para Amazônia e a nota sobre políticas florestais do Banco Mundial, entre outros
- c) Revisar os resultados relevantes do processo de elaboração das linhas temáticas no que diz respeito a sua factibilidade e possibilidade de implementação
- d) Mapear programas e projetos afins para as florestas tropicais
- e) Identificar a abrangência conceitual, institucional e regional de ações estruturais na área de “Proteção e Uso Sustentável das Florestas Tropicais Brasileiras”
- f) Preparar TdR e elaborar insumos para elaborar cenários de ações sistemáticas para as florestas tropicais
- g) Identificar e levantar com as instituições relevantes (Governos Federal e Estadual, ONGs, setor privado) a viabilidade de ações sistemáticas para as florestas tropicais
- h) Identificar com entidades e instituições da cooperação internacional viabilidade e modalidades de apoio para ações sistemáticas para as florestas tropicais
- i) preparar insumos para discussão do futuro papel do Programa Piloto no âmbito da sua integração no próximo Plano Plurianual (PPA)
- j) Identificar opções alternativas de coordenação do programa, inclusive suas respectivas necessidades de apoio e inclusão do Projeto AMA
- k) Manter os membros das Comissões de Coordenação (CCC, CCB, CCD) informados sobre as atividades supracitadas

3. RESULTADOS E PRODUTOS FINAIS

- a) Cenários alternativos de ações sistemáticas e estruturais de proteção e uso sustentável das florestas tropicais (internacionalmente denominado "sector approach") elaborados e discutidos com os atores relevantes brasileiros e internacionais em termos conceituais, institucionais e regionais; modalidades de apoio verificadas (Documentação disponível)
- b) Cenários para a estrutura de coordenação das atividades do Programa Piloto elaborados e discutidos entre os principais atores (Documento disponível)
- c) Proposta de inserção do Programa Piloto no PPA discutida e viabilizada
- d) Resultados e lições do Programa Piloto utilizados na elaboração de políticas coerentes para as florestas tropicais no âmbito da passagem do Programa para sua próxima fase (Resultados e lições relevantes reunidos e disponíveis)



Agência Brasileira de Cooperação - ABC

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (PCT)

BRASIL - REINO UNIDO

ROTEIRO DE SOLICITAÇÃO DE ATIVIDADES

Versão 5

11 de Novembro de 2002

**PROPOSTA
DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

PCT BRASIL - REINO UNIDO

1 - TÍTULO DA PROPOSTA

Apoio à Coordenação Geral do Programa Piloto durante a sua fase de transição.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA)

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar

70.068-900 - Brasília, DF

Secretária de Coordenação da Amazônia:

Mary Helena Allegretti

Tel. (61) 317-1430

Fax (61) 322-3727

Responsável pelo Projeto

Raimundo Deusdará

Coordenador Geral do PPG7

SCS Quadra 06, Bloco "A", Nº 50, 1º andar

70.300-968 - Brasília, DF

Tel. (61) 325-8402

Fax (61) 223-0766

E-mail: raimundo.deusdara@mma.gov.br

3 - JUSTIFICATIVA

Entre 1999 e 2000, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (Programa Piloto) passou por uma série de iniciativas voltadas para a avaliação da primeira fase de implementação e para a definição das bases estratégicas para a sua continuidade. Entre essas iniciativas estão a revisão institucional e a revisão de meio termo que trouxeram à tona algumas necessidades, como a orientação das políticas públicas a partir dos resultados alcançados e a adoção de uma estratégia de maior apropriação do Programa pelo Governo brasileiro. Assim sendo, a Coordenação Geral passou a adotar uma estratégia de resgate do seu papel de integração interna e externa e de acompanhamento dos resultados e da implementação dos projetos.

Em 2001 a VI Reunião dos Participantes do Programa Piloto, realizada em Cuiabá-MT, definiu como a *missão* para a segunda fase do programa:

Contribuir para as políticas de promoção da conservação e do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica brasileira e da Mata Atlântica, incluindo a devida atenção ao sustento das populações locais.

Sob esta ótica, os participantes concordaram sobre a necessidade de *"uma mudança gradual no Programa Piloto, em seus primeiros objetivos, no sentido da condução, aprendizagem e catalisação de esforços para sua aplicação progressiva em escala mais ampla"*, visando, sempre que apropriado, *"o alívio da pobreza dos habitantes das florestas tropicais"*.

No mesmo documento, foi afirmada que na sua condição de iniciativa piloto, o programa deve: a) oferecer subsídios para políticas mais eficazes; b) utilizar seu potencial de catalisação, de reunião e de mobilização; e c) absorver lições. Neste sentido, afirmou-se que a principal medida de sucesso do programa deve ser *"o seu impacto sobre as políticas voltadas a todos os setores que afetam as florestas tropicais"* através da validação e disseminação de conhecimentos no âmbito da sua área de atuação.

As resoluções de Cuiabá acordaram que a segunda fase do Programa, a partir de 2003, deve ser precedida por uma fase transitória, com duração de 18 a 24 meses.

Na concepção da segunda fase do programa, priorizou-se: a adoção de uma ótica de *"linhas temáticas"* (áreas estratégicas de atuação) possivelmente com uma estrutura de financiamento modificada; a clara identificação de políticas públicas a serem influenciadas; e, uma crescente articulação do Programa Piloto com outros projetos e programas governamentais.

O processo de definição das Linhas Temáticas ocorreu de forma ampla e participativa através da realização de dois seminários em Brasília. Nesses seminários estiveram presentes representantes dos Governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil organizada, dos doadores, da comunidade científica e dos diversos projetos e subprogramas do Programa Piloto.

As resoluções de Cuiabá assinalaram, ainda, que a Coordenação Geral deve *"assumir uma função estratégica que lhe permita ir além de atividades*

operacionais de gerenciamento do ciclo de projetos". Foi afirmado que esta função deve incluir atividades como "serviços de análise relevantes para a formulação e orientação das políticas públicas, análise das tendências nas regiões das florestas tropicais, articulação de novas parcerias, disseminação, comunicação interna, e comunicação estratégica com o público em geral".

Em suma, as mudanças recentes no Programa Piloto e o processo de preparação da sua segunda fase trouxeram implicações significativas para a Coordenação Geral. Assim, é necessário incrementar a capacidade institucional da Coordenação Geral, provendo os meios necessários para a gestão estratégica na condução e para a preparação e negociação da proposta de segunda fase do Programa Piloto.

4 - OBJETIVO

Apoiar a Coordenação Geral do Programa Piloto e o Grupo de Trabalho Informal da Comissão de Coordenação Conjunta (Governo Brasileiro, doadores e Banco Mundial) na preparação e negociação da Segunda Fase do PPG7.

5 - RESULTADOS E ATIVIDADES

Para alcançar os resultados e atividades desta Proposta de forma participativa, a Coordenação Geral do Programa Piloto envolverá as equipes técnicas dos projetos (subprogramas), principalmente a do projeto AMA, nas discussões com o Grupo de Trabalho Informal bem como na elaboração dos Termos de Referência. Assim, os Termos de Referência deverão ser discutidos e as prioridades dos mesmos estabelecidas no âmbito do Grupo de Trabalho Informal. O DFID delega ao Grupo de Trabalho Informal a aprovação dos TORs. Somente após aprovação dos TORs, o DFID procederá com a contratação das consultorias.

1. Factibilidade e possibilidade de implementação das linhas temáticas revisados no âmbito das diretrizes do novo governo;
2. Projeto AMA apoiado pela Coordenação Geral e pelos peritos contratados pelas cooperações técnicas visando o fortalecimento de seu papel estratégico durante a fase de transição;

3. Perito em desenvolvimento social contratado para compor a equipe de peritos que apoiarão a fase de transição do Programa Piloto, bem como aportar a este perito os recursos necessários ao desenvolvimento de insumos para apoiar o MMA na sua capacidade de planejamento e implementação de políticas, para que a Segunda Fase do Programa Piloto possa refletir cada vez mais os princípios do desenvolvimento sustentável, particularmente a interface entre pobreza e meio ambiente;

4. Estudos para apoiar a Segunda Fase elaborados conforme prioridades estabelecidas pelo Grupo de Trabalho Informal. Algumas atividades sugeridas são:

- Realizar estudos sobre possíveis arranjos institucionais para a Segunda Fase do Programa
- Realizar estudos sobre possíveis arranjos orçamentários e financeiros para a Segunda Fase do Programa
- Realizar estudo sobre o papel do desenvolvimento social na Segunda Fase do Programa
- Apoiar o MMA na definição de uma estratégia de consolidação e disseminação das lições aprendidas durante a 1ª Fase como subsídio para a 2ª Fase, no âmbito do Projeto AMA
- Resgatar e atualizar as lacunas de conhecimento sobre a dinâmica ambiental e sócio-econômica da Amazônia e Mata Atlântica
- Realizar outros estudos a serem identificados como prioritários pelo Grupo de Trabalho Informal e pelo projeto AMA.

5. Articulação com outros projetos e programas consolidada;

- Apoiar o MMA na identificação de um conjunto de políticas públicas estratégicas, de cunho sócio econômico, para as florestas tropicais brasileiras e no esforço de compatibilizar estas políticas com a política ambiental;

6. Lições aprendidas e modelos replicáveis disseminados;

- Apoiar o MMA na concepção de estratégias para o intercâmbio de experiências e lições aprendidas durante a 1ª Fase do PPG7 no âmbito dos países do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

6 - BENEFICIÁRIOS

1. Comunidades regionais da Amazônia e Mata Atlântica, especialmente aquelas que dependem da exploração dos recursos naturais locais;
2. Agentes econômicos locais, que exploram os recursos naturais dessas regiões;
3. Tomadores de decisão responsáveis pelas políticas que afetam o uso dos recursos naturais e a ocupação da Amazônia e da Mata Atlântica;
4. Doadores e gestores envolvidos com o Programa Piloto e outros programas ambientais na região.

7 - ESTIMATIVA DE CUSTOS

7.1 - Cooperação Solicitada (em libras esterlinas)

• Estudos e consultorias para apoiar a Segunda Fase	150.000
• Contratação de perito de desenvolvimento social	80.000
• Estudos para apoiar a 2ª fase do Programa de Capacitação Ambiental (estudos a serem definidos conforme necessidade do PCA)	50.000
• Atividades de apoio para fomentar a participação de ONGs brasileiras no processo de discussão das atividades de Segunda Fase do Programa Piloto	50.000
• Atividades a serem definidas	170.000
TOTAL	500.000

7.2 - Contrapartida Nacional (em reais)

• Seis técnicos de nível superior nas áreas de economia, engenharia florestal, relações internacionais, propaganda e marketing, contabilidade e tecnologia em processamento de dados	83.500
• Dois assistentes administrativos	23650
• Acesso à Internet e serviço de mensagem eletrônica	12.500
• Automóvel para deslocamento dos técnicos	12.500
• Computadores, periféricos e componentes para os técnicos e pessoal administrativo	20.000
• Página eletrônica na Internet para disponibilização de dados, notícias e estudos	5.000
• Equipamento de reprodução (fotocopiadora)	5.000
• Despesas com comunicação e com a manutenção de equipamentos	9.600

• Despesas com material de consumo para escritório, limpeza e funcionamento dos equipamentos	6.000
TOTAL	177.750

Período de execução previsto: outubro de 2002 a abril de 2003

8 - CREDENCIAIS TÉCNICAS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

- **Natureza jurídica:** A Secretaria de Coordenação da Amazônia foi estabelecida no âmbito da criação do Ministério do Meio Ambiente, através da Medida Provisória nº 350. As atribuições da Secretaria, dispostas no Decreto Nº. 2.972 de 26 de fevereiro de 1999, são de coordenar a implementação de programas e projetos especiais de meio ambiente na Amazônia, bem como exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Nacional da Amazônia Legal - CONAMAZ. Este conselho é responsável por prestar assessoria ao Presidente da República na formulação e no acompanhamento da implementação da política nacional integrada para a Amazônia Legal.

No início de 1995 o Ministério do Meio Ambiente passou por uma reestruturação, recebendo a incumbência de coordenar também os recursos hídricos. A partir de então as atividades da SCA tomaram um novo impulso por meio da consolidação de sua equipe e o estabelecimento de vários programas importantes, incluindo o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, além do PROECOTUR e PROBEM.

- **Áreas de atuação:** atualmente as atividades da SCA baseiam-se em três grandes programas: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (Turismo Verde) e o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM). Os dois primeiros reúnem um grande número de projetos e ações de proteção da floresta e de incentivo à produção sustentável. Os dois últimos, mais específicos, destinam-se a estruturar atividades novas de baixo impacto ambiental e de alto retorno social.
- **Curricula Vitae da Equipe Técnica Envolvida:** o caráter multidisciplinar da equipe técnica a ser envolvida com a cooperação técnica é a sua característica mais visível. Todos os técnicos envolvidos têm experiência na gestão de projetos de cooperação internacional, principalmente

aqueles voltados para a área de meio ambiente. A média de experiência nesta área está em torno de 10 anos o que deverá potencializar a cooperação técnica solicitada.

Além da experiência nesta área, cabe destacar a capacidade dos técnicos na área de implementação e acompanhamento de projetos de gestão ambiental, de negociações com instituições multilaterais e bilaterais de cooperação internacional, de relações internacionais, de procedimentos relativos à execução financeira e planejamento orçamentário, de planejamento e estratégia de marketing e de programação e modelagem de dados

9 - LOCAL, DATA, CARIMBO E ASSINATURA DO TITULAR DA PROPOSTA



Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Comissão de Coordenação Brasileira



Proposta para a Estruturação da Segunda Fase do Programa Piloto

Brasília, junho de 2002

2φ

Sumário

1. Apresentação
2. Breve perfil do Programa Piloto
3. A primeira fase de implementação do Programa Piloto
4. Rumo a Segunda fase do Programa
5. Conceituação das Linhas Temáticas
6. Instâncias de gestão das Linhas Temáticas - LTs
7. Categorias de articulação de programas e projetos com as LTs do PP-G7
8. Relações interinstitucionais
9. Características operacionais dos componentes da Segunda Fase
10. O ciclo de projetos na Segunda Fase
11. Modalidades de contratação dos projetos
 - Projetos convencionais e associados
 - Tipos de contratos previstos
 - Procedimentos internos de tramitação de contratos de cooperação financeira
- 12 . A grade de Linhas Temáticas
- 13 . Campo de atuação das Linhas Temáticas
 - a. Gestão pública e comunitária de áreas protegidas
 - b. Usos sustentável de recursos naturais
 - c. Monitoramento, prevenção e controle de desmatamentos e queimadas
 - d. Desenvolvimento territorial
 - e. Gestão ambiental municipal e desenvolvimento local sustentável
 - f. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável
- 14 . Propostas de intervenção das Linhas Temáticas
 - a. Gestão pública e comunitária de áreas protegidas
 - b. Usos sustentável de recursos naturais
 - c. Monitoramento, prevenção e controle de desmatamentos e queimadas
 - d. Desenvolvimento territorial
 - e. Gestão ambiental municipal e desenvolvimento local sustentável
 - f. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento é resultado da série de discussões realizadas em diversas instâncias de decisão do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, iniciadas a partir da Reunião de Participantes de Cuiabá em Junho de 2001 e concluídas – nesta etapa – com as decisões da CCB – Comissão de Coordenação Brasileira do PP-G7 - que referendaram este processo e o aprovaram como documento de referência para a negociação e a estruturação da 2ª fase do Programa. Essas discussões incluíram diversas reuniões de consulta e seminários específicos, com destaque para o 2º Seminário de Diretrizes Estratégicas para a 2ª Fase do Programa Piloto, realizado em abril de 2002,

O documento apresenta um rápido histórico do Programa Piloto, dos seus resultados e de algumas lições aprendidas, que serviram como insumo à elaboração da proposta para a estruturação da 2ª fase. A seguir, explicita o processo de constituição das linhas temáticas, sua conceituação, as linhas propostas e dados básicos sobre cada uma delas. E, ainda, aborda as relações interinstitucionais no âmbito do Programa e questões gerenciais, que incluem as alternativas para contratação de projetos.

2. BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA PILOTO

As discussões e negociações para a criação do Programa ocorreram paralelamente às reuniões preparatórias à Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A idéia foi lançada durante a cúpula do Grupo dos Sete, realizada em Houston, Texas, em 1990. Os representantes do G7 e da Comissão Européia aprovaram o apoio ao Programa em 1991 e o seu lançamento oficial ocorreu pelo Governo Brasileiro em 1992.

Os primeiros projetos do Programa Piloto foram aprovados em 1994 e tiveram a sua execução iniciada em 1995. Entretanto, o cronograma de planejamento e execução dos diversos subprogramas e projetos que compõem o PPG7 é bastante variado. Uma amostra da complexidade do Programa está relacionada com o fato de que enquanto alguns projetos encontram-se ainda em fase de planejamento, outros já concluíram sua primeira fase de execução.

Para alcançar o seu objetivo de produzir experiências piloto de proteção da biodiversidade condizentes com propostas de desenvolvimento sustentável nas florestas tropicais do Brasil, foram definidos como objetivos específicos:

- demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais;
- ajudar a preservar os enormes recursos genéticos das florestas tropicais;
- reduzir a contribuição das florestas tropicais brasileiras com a emissão global de gás carbono; e,
- fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais.

Até o momento, as principais linhas de ação do Programa Piloto têm incluído:

- demonstração e experimentação em formas de proteger as florestas e utilizá-las de maneira sustentável;
- proteção e conservação;
- fortalecimento institucional;
- pesquisa científica; e,
- geração e disseminação de lições sobre estratégias de conservação de florestas tropicais, com relevância para o Brasil e outras regiões.

Atualmente o Programa conta com uma carteira de 26 componentes. Oito componentes foram concluídos : Reservas Extrativas – Resex I, Pesquisa Direta I – PPDI, Centros de Ciência - CC, Apoio Institucional ao Grupo de Trabalho Amazônico fases I e II – GTA I e II, Apoio Institucional à Rede Mata Atlântica fases I e II – RMA I e II e Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia – Proteger I. Doze componentes encontram-se em plena execução: Resex II, Proteção das Terras Indígenas da Amazônia - PPTAL, Manejo Florestal - PROMANEJO, Projetos Demonstrativos Tipo A - PD/A, Pesquisa Dirigida II - PPD II, Política de Recursos Naturais - SPRN, Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA, Proteger II, GTA III, RMA III, Manejo dos Recursos Naturais de Várzea – PROVARZEA e Corredores Ecológicos. O componente Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI está sendo contratado. Dois estão em fase de pré-investimento: Mata Atlântica e Negócios Sustentáveis. Adicionalmente, três encontram-se em preparação: Consolidação dos Projetos Demonstrativos, Alternativas ao Desmatamento e Queimadas e Subprograma de Ciência e Tecnologia.

Inicialmente, o orçamento total da primeira fase foi estimado em US\$ 250 milhões. As doações são amparadas pelos governos federal, estaduais e pela sociedade civil brasileira, por oito governos doadores e pela União Européia, utilizando contratos de natureza pública e privada. Os três maiores doadores são Alemanha (41%), Comissão Européia (23%) e Brasil (15%). O valor total dos contratos já assinados é de US\$ 181 milhões, sendo que os gastos efetuados totalizam cerca de US\$ 120 milhões.

Uma parte dos recursos dos doadores (US\$ 58.2 milhões, 24% do total) tem sido canalizada por intermédio do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (*Rainforest Trust Fund*) – RFT, que é administrado pela Banco Mundial. A maior parte dos recursos externos já contratados ocorre por meio de procedimentos de cooperação bilateral (US\$ 112 milhões, 62% do total) e o restante por meio da cooperação multilateral. Além destes, existem os chamados projetos bilaterais associados, apoiados principalmente pela Alemanha, que mantém um vínculo indireto com vários componentes do Programa. A participação do Governo brasileiro inclui contribuições dos governos federal e estadual (US\$ 35 milhões), além da contribuição de diversas comunidades e organizações não-governamentais (estimada em US\$ 20 milhões).

A coordenação estratégica do Programa Piloto atualmente conta com as seguintes instâncias colegiadas nacionais e internacionais de decisão:

- Reunião dos Participantes, instância máxima de decisão do Programa;
- Comissão de Coordenação Brasileira – CCB, composta por representações dos principais executores em âmbito nacional, inclusive governos estaduais e redes de organizações da sociedade civil (Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e a Rede Mata Atlântica – RMA);
- Comissão de Coordenação dos Doadores – CCD, composta por representantes do Banco Mundial e dos países doadores; e,
- Comissão de Coordenação Conjunta – CCC, que congrega representantes dos principais executores brasileiros e dos parceiros internacionais.

A CCB e a CCC são presididas pelo Ministério do Meio Ambiente, que também desempenha a função de Secretaria Executiva de ambas instâncias. A Secretaria Executiva da CCB conta com o apoio de um *Comitê Executivo*, composto pelo Secretário Executivo, um Coordenador Estratégico e os titulares dos componentes SPRN, PD/A e AMA.

3. A PRIMEIRA FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PILOTO

O Programa Piloto constituiu a sua carteira de componentes a partir do envolvimento de diversos segmentos institucionais relevantes para as políticas de proteção e uso sustentável das

florestas. Desta forma, o SPRN orientou-se para apoiar projetos em parceria com os governos estaduais, o PDA e PROTEGER concentraram grande parte das iniciativas voltadas à sociedade civil organizada, o PPTAL e Ciência e Tecnologia viabilizaram a inserção de outros ministérios em atuação conjunta com o do Meio Ambiente

A primeira fase de execução do Programa Piloto foi orientada segundo essas vertentes institucionais, potencializando a contribuição de diversos segmentos do governo e da sociedade civil na busca de soluções para a conservação das florestas tropicais, superando uma tradição marcada por ações unilaterais da União. Nesse contexto, a primeira fase do Programa Piloto desenvolveu linhas de atuação que tiveram como enfoques principais: políticas de descentralização e gestão ambiental integrada em parceria com órgãos estaduais de meio ambiente (SPRN); iniciativas piloto de produção sustentável, desenvolvidas por comunidades rurais e entidades de assessoria técnica (PDA); iniciativas comunitárias de controle de incêndios florestais (PROTEGER); demarcação de terras indígenas (PPTAL); implantação de Reservas Extrativistas (RESEX), manejo e proteção de recursos florestais (PROMANEJO) e de recursos da várzea (PROVÁRZEA); produção de conhecimento científico e tecnológico (SPC&T) e, mais recentemente, iniciativas voltadas para uma maior interação com o setor privado (Negócios Sustentáveis).

Na primeira fase de implementação do Programa Piloto, foram alcançados importantes resultados, destacando-se os seguintes:

- ✓ Descentralização da gestão ambiental em áreas prioritárias dos estados amazônicos: aumento da capacidade de formulação de políticas ambientais estaduais; desenvolvimento de metodologias inovadoras de monitoramento, licenciamento e controle de desmatamento e queimadas (p.ex. Mato Grosso, Roraima); desenvolvimento de iniciativas inovadoras de zoneamento ecológico-econômico (p.ex. Acre); crescente envolvimento de prefeituras municipais na gestão ambiental (p.ex. Pará, Amapá); evolução do conceito de *gestão compartilhada*, através de parcerias entre diversos setores do governo e sociedade, como base para a conservação dos recursos naturais.
- ✓ Proteção de Terras Indígenas: identificação de 93 terras indígenas e apoio para a demarcação e regularização de outras 149, com 29 milhões de hectares homologados por decretos presidenciais; desenvolvimento de metodologias inovadoras de demarcação, vigilância comunitária, e diagnóstico "etno-ecológico";
- ✓ Reservas Extrativistas: Estabelecimento de 2,1 milhões de hectares de Reservas Extrativistas, através de ações de regularização fundiária, demarcação, sinalização, mobilização comunitária, elaboração de planos de utilização, produção sustentável, saúde e educação, e estratégias participativas de monitoramento socio-ambiental;
- ✓ Produção Sustentável: Implementação de 190 projetos demonstrativos no âmbito do PD/A, visando a geração de renda, o fortalecimento da base de subsistência, a utilização sustentável e conservação dos recursos naturais e capacitação gerencial entre comunidades locais; no âmbito do PROMANEJO, apoio para a implementação de iniciativas inovadoras de manejo florestal em nível empresarial e comunitário, implantação de Florestas Nacionais; no âmbito do PROVÁRZEA o manejo dos recursos pesqueiros nos rios e lagos amazônicos;
- ✓ Prevenção de Desmatamento e Queimadas: no âmbito do PROTEGER, o treinamento em prevenção de incêndios de mais de 12.000 pessoas em 322 municípios, em parceria com organizações da sociedade civil (Grupo de Trabalho Amazônico, Federações de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, etc.); e,

- ✓ Produção de conhecimento científico e tecnológico: Através do componente dos Centros de Ciência, o fortalecimento da infra-estrutura, gerenciamento e qualificação de recursos humanos de dois centros de ciência de excelência (INPA e Museu Goeldi); e do componente de pesquisa dirigida, a implementação de 53 projetos de pesquisa básica e aplicada.

Além disso, destacam-se os seguintes *resultados globais* da primeira fase de implementação do PPG7:

- ✓ A criação de novos espaços de participação da sociedade civil nas políticas públicas, especialmente entre populações tradicionais (seringueiros, pescadores, mulheres, indígenas) que contribuiu para o alcance dos objetivos do PPG7 e, de forma mais ampla, o fortalecimento do capital social em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia.
- ✓ A viabilização de processos inéditos de negociação entre diversas esferas do governo, da sociedade civil e do setor privado, visando a construção de consensos (pactos políticos) em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, destaca-se a elaboração das Agendas Positivas, com apoio do SPRN, em nível estadual e regional, que definiram ações estratégicas para reduzir os índices de desmatamento, através de melhorias na eficiência e sustentabilidade de atividades agropecuárias e da valorização de produtos e serviços ambientais que mantenham a “floresta em pé”;
- ✓ Introdução de novos princípios de colaboração e participação na cultura administrativa brasileira, particularmente entre as autoridades ambientais.
- ✓ Fortalecimento da capacidade do Ministério do Meio Ambiente para atuar na região amazônica;
- ✓ Desenvolvimento de abordagens inovadoras de cooperação internacional, direcionadas a problemas ambientais globais dentro de uma estrutura institucional complexa;

Não obstante os avanços e resultados alcançados a 1ª fase do Programa Piloto foi prejudicada por algumas limitações listadas a seguir:

- A elaboração de uma carteira de componentes, a partir das demandas setoriais de diversas instituições e grupos interessados, dificultou a consolidação de uma *estratégia integrada em nível de Programa*, que permitisse uma maior articulação e a construção de sinergias entre instituições e iniciativas afins, dentro e fora do PPG7;
- O Programa Piloto não fomentou suficientemente a inserção de uma ótica de sustentabilidade entre políticas e programas de desenvolvimento econômico com fortes impactos sobre a ocupação e uso de recursos naturais na Amazônia (instrumentos econômicos, política fundiária, programas de infraestrutura), inclusive em termos do desenvolvimento e disseminação de iniciativas inovadoras, mantendo uma tendência de isolamento da área ambiental do governo;
- Apesar de ações pontuais realizadas no âmbito do Projeto RESEX e PPTAL, referentes a Reservas Extrativistas e Terras Indígenas, respectivamente, o Programa Piloto pouco contribuiu para avanços na resolução de problemas fundiários na região amazônica, a exemplo do desenvolvimento de metodologias para a implantação de assentamentos rurais em base sustentáveis.
- Apesar de suas contribuições valiosas para a implementação de experiências inovadoras de produção sustentável e conservação ambiental entre comunidades rurais, o PD/A

ênfatiou mais o atendimento de uma ampla gama de demandas para o financiamento de projetos, do que a produção de modelos sólidos e testados com possibilidade de disseminação. Ao mesmo tempo, o enfoque sobre técnicas de produção, especialmente em sistemas agroflorestais, tipicamente não foi acompanhado por medidas adequadas relacionadas à viabilização de cadeias produtivas (processamento, capacitação gerencial, "marketing" de produtos sustentáveis, etc.).

- Houve poucos avanços na articulação entre o Programa Piloto e outros programas ambientais importantes, a exemplo do Programa Nacional de Florestas (PNF), o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente, todos coordenados pelo MMA e financiados com recursos nacionais e de fontes externas de doação e crédito.
- A complexidade de procedimentos relacionados ao ciclo de preparação e contratação de componentes (projetos) individuais, bem como a persistência de entraves administrativos na fase de implementação, especialmente no âmbito dos governos federal e estadual, têm-se constituído em fatores limitantes para uma maior agilização na implementação do Programa Piloto e, conseqüentemente, para o alcance de seus objetivos.

4. RUMO   SEGUNDA FASE

Desde 1999, tem ocorrido uma série de iniciativas voltadas para a avaliação da primeira fase de implementação do Programa Piloto e para a definição das bases estratégicas para a sua continuidade, incorporando as lições aprendidas. Nesse sentido, destacam-se:

- Revisão Institucional do Programa Piloto em 1999, que culminou na definição de novas instâncias de co-gestão (Comissão de Coordenação Conjunta, Comissão de Coordenação dos Doadores e Comissão de Coordenação Brasileira).
- Revisão de Meio-Termo do PPG7, a partir de uma avaliação realizada por consultores independentes, no ano de 2000.
- Realização da VI Reunião de Participantes do PPG7 em Cuiabá-MT, em maio de 2001.

Como resultados desse processo recente de avaliação e planejamento do Programa Piloto, foi definida como missão da 2  fase do Programa Piloto: "contribuir para as políticas de promoção da conservação e do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica brasileira e da Mata Atlântica, incluindo a devida atenção à melhoria das condições de vida das populações locais".

Para cumprir com esta missão, foram definidos os seguintes objetivos gerais para a 2  fase do Programa Piloto:

- i) criação, validação e disseminação de conhecimentos no Brasil e no âmbito da Região Amazônica brasileira e da Mata Atlântica;
- ii) dinamização na adequação de políticas e mobilização de apoio político para sua adoção e sua efetiva implementação;
- iii) promoção e apoio seletivo de adoção e expansão de modelos e experiências bem-sucedidos; e,
- iv) fortalecimento da capacidade das instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada para implementação dessas políticas e aplicação de novos conhecimentos.

Sob esta ótica estratégica, considerou-se que o Programa continuará a contribuir com os seguintes objetivos de longo prazo:

- ⇒ desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- ⇒ conservação da Biodiversidade;
- ⇒ redução da emissão de gás carbônico; e,
- ⇒ continuação da redução da taxa de desmatamento.

A transição do Programa Piloto para uma 2ª fase, com sua aplicação progressiva em escala mais ampla, deve implicar em uma expansão seletiva por meio da: i) oferta de insumos para políticas mais eficazes; ii) utilização de seu poder catalisador de reunião e mobilização; e iii) absorção e sistematização de lições.

O Programa Piloto, em sua 2ª fase, deve alcançar um novo patamar, em que seja possível implementar parcerias consistentes com importantes programas e projetos governamentais que têm influência decisiva nos processos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia e da Mata Atlântica, o que torna prioritário ampliar a escala dos resultados já obtidos e o estabelecimento de parcerias com programas e projetos ambientais correlatos, para que seja possível, com uma ação coordenada e com o apoio da sociedade civil organizada e do setor privado, viabilizar o manejo sustentável dos recursos naturais como opção prioritária para o desenvolvimento sustentável em áreas de florestas.

Neste sentido, o Programa deve considerar a necessidade de uma maior articulação interna dos seus subprogramas e projetos, inclusive dos projetos bilaterais associados que ainda não foram efetivamente internalizados no Programa, com vistas a otimizar o seu desenvolvimento. A articulação interna e externa, com outros programas do MMA e de outros ministérios, deve ser uma das prioridades da segunda fase, em que se buscará ampliar suas ações e torná-las mais efetivas em relação às políticas públicas

Além da maior articulação "interna" e "externa" ao Programa Piloto, o acúmulo da 1ª fase assinala a necessidade da formulação de *novos componentes voltados para o preenchimento de lacunas existentes em temáticas relevantes*. A processo de preparação desta proposta permitiu sinalizar as principais lacunas temáticas que orientarão a formulação de novos projetos para a 2ª fase. O Programa deverá também concentrar geograficamente suas atividades com vistas a garantir uma maior eficácia das ações, particularmente nas áreas de maior risco de desmatamento e degradação ambiental. As atividades produtivas apoiadas pelo Programa, em particular as do âmbito do PD/A, devem buscar a sua sustentabilidade financeira e para maximizar o alcance de seus objetivos, devem ser reforçados os esforços de articulação interna dentro do governo, como também com a sociedade civil e setor privado. O monitoramento, a análise e a disseminação das lições aprendidas na execução da primeira fase do Programa devem servir para um melhor encaminhamento da segunda fase, inclusive em termos da capacidade de influenciar políticas públicas.

É considerada também como condição necessária para tornar mais simples a gestão operacional do Programa e a integração e articulação com outras políticas governamentais que o governo brasileiro deve adotar uma clara política de aumentar gradualmente os recursos financeiros orçamentários para o PP-G7, com destaque num primeiro momento para manter a estrutura de Coordenação Estratégica.

5. CONCEITUAÇÃO DAS LINHAS TEMÁTICAS (LT)

A adoção do conceito de Linhas Temáticas (LTs) como referência para o desenho da 2ª fase do PP-G7 foi aprovada na Reunião de Participantes de Cuiabá, visando uma maior integração entre os seus projetos e deles com outras iniciativas similares, potencializando a capacidade do

Programa em influenciar as políticas públicas correlatas, além de possibilitar uma estrutura de financiamento diferenciada. A reformulação do Programa Piloto, com a criação e operacionalização de linhas temáticas (LTs), permitirá priorizar o enfoque dos temas estratégicos para a proteção e o uso sustentável das florestas tropicais brasileiras através de um novo formato institucional.

Os temas estratégicos foram selecionados a partir das avaliações dos resultados e das lições aprendidas durante a 1ª fase do Programa, tanto no que diz respeito aos sucessos dos seus projetos, quanto na identificação das lacunas e das debilidades que limitaram seu bom desempenho. O baixo grau de articulação do Programa com as políticas públicas correlatas e a ausência de intervenções em áreas estratégicas para a proteção das florestas, limitaram o seu desempenho.

As linhas temáticas (LT) deverão reunir e integrar a carteira de projetos do PP-G7 às ações e resultados de outros programas e projetos relevantes afins. Desta forma, se pretende que cada LT exerça uma função estruturante para as políticas públicas relativas à sua temática, estimulando o intercâmbio de experiências e resultados, identificando sobreposições desnecessárias, lacunas de atuação a serem preenchidas, potencial de complementariedade e objetivos comuns em relação às políticas pertinentes. As LTs devem constituir-se em foros de discussão e articulação das iniciativas dos diversos ministérios e órgãos competentes em torno de objetivos e metas comuns. Cada LT deverá ter, com vistas a possibilitar um melhor gerenciamento e controle social: ementa com seus objetivos, recursos de empréstimos e/ou de doações internacionais e resultados estabelecidos.

A linha temática (LT), como instrumento gerencial, possibilita uma melhor articulação interna dos componentes do Programa, a ampliação da articulação do Programa com outras atividades governamentais correlatas e a formulação de novos projetos sobre temáticas ainda não atendidas. Assim, a LT não interfere na autonomia administrativa necessária para os componentes atingirem os níveis de implementação desejados, mas possibilita que suas ações passem a ser coordenadas e, assim, possam ser otimizadas, orientando a formulação e a execução de atividades complementares e evitando a reprodução de atividades similares ou concorrentes.

Os coordenadores dos programas, subprogramas e projetos que participarão da LT devem entender a articulação de seu programa específico com os outros que integram a sua linha temática como um ganho em termos da otimização de resultados. Neste sentido, os objetivos e as metas da LT deverão, inicialmente, considerar a somatória de pelo menos parte dos objetivos e metas dos programas, subprogramas e projetos que a constituem, passando, a seguir, à definição de objetivos e metas próprios, a serem atingidos com a execução de novos projetos e das respectivas políticas públicas em que se inserem.

Em resumo, a constituição de uma LT pressupõe:

- i) a relevância da temática e da articulação dos projetos específicos com vistas a otimização de resultados;
- ii) a concordância da coordenação dos projetos com um processo de integração gerencial com outros projetos similares; e,
- iii) a necessidade de um amplo trabalho de construção e de busca de consensos entre as partes.

6. INSTÂNCIAS DE GESTÃO DAS LINHAS

A 2ª fase do PP-G7 manterá todas as instâncias de gestão da 1ª fase, como a CCB, a CCD, a CCC e o Comitê de Coordenação do Programa. Como complemento, será criada a Coordenação

Conjunta da Linha Temática (CC), uma instância de coordenação de cada LT que buscará facilitar a integração de programas e projetos, possibilitar sua articulação, evitar a sobreposição atividades, buscar promover a execução conjunta, garantir a coerência das intervenções dos seus componentes e facilitar a elaboração de novos projetos e programas. A CC será composta pelas coordenações dos projetos integrantes, por representações dos ministérios envolvidos e pelas representações dos beneficiários – estados, municípios e sociedade civil, contando também com representações dos doadores como observadores.

A CC deverá ser a instância que submeterá a CCB a aprovação de novos projetos, incluindo a renovação dos já existentes ou a prorrogação dos seus prazos de vigência. A CCLT será apoiada por uma coordenação executiva da Linha Temática (CE), que será exercida por um membro da coordenação conjunta. A CE atuará como "animadora" da coordenação conjunta (marcando reuniões, mantendo os membros informados sobre o andamento dos projetos, etc.) e como instância gerencial da linha temática. As Coordenações Executivas estarão representadas no Comitê de Coordenação Geral do PP-G7, que atuará como primeira instância de articulação entre as seis LTs, e na Comissão de Coordenação Brasileira (CCB).

7. CATEGORIAS DE PROJETOS

Para potencializar a sua capacidade subsidiar a formulação das políticas públicas relevantes para a proteção das florestas tropicais no Brasil, as LTs serão constituídas por diferentes categorias de projetos. Estas categorias expressam graus diferenciados de inserção, possibilitando uma sua maior interação com os objetivos e metas do Programa. As categorias são:

7.1 Projetos da própria carteira: os que tenham se constituído ou venham a se constituir no âmbito do próprio Programa, governamentais ou privados, formulados e aprovados a partir das diretrizes das suas instâncias de gestão e financiados com recursos que constituem o seu orçamento, devendo necessariamente estar integrados às suas linhas temáticas.

7.2 Projetos associados: os constituídos fora do ciclo de projetos do Programa e que mantêm autonomia gerencial, administrativa e financeira, mas que venham a ser considerados como tais por suas instâncias de decisão. Estes projetos partilham integralmente os objetivos e metas da 2ª Fase do PP-G7 e integram as LTs. Incluem-se entre os projetos associados aqueles que venham a se constituir a partir de relações bilaterais entre as agências de cooperação e os Estados, como os chamados projetos bilaterais associados da primeira fase, mas que diferentemente destes últimos, poderão utilizar o "guarda-chuva" institucional do Programa para contratação externa e integrarão a contabilidade oficial das doações externas.

Os projetos associados devem ter uma clara afinidade com os objetivos, áreas estratégicas de atuação e as Linhas Temáticas do Programa Piloto. É desejável que a instituição nacional interessada e o doador manifestem o seu interesse em integrar a carteira de Projetos associados ainda na fase de preparação do projeto, de forma a permitir o intercâmbio de informações, a identificação de atividades complementares e as medidas necessárias para evitar a sobreposição de ações com os demais projetos do Programa.

Os projetos associados estarão obrigados a encaminhar para a CCB, em tempo hábil, os principais documentos de planejamento, monitoramento e avaliação do projeto, bem como cópias de todas as publicações oriundas de suas atividades (em português). O Projeto associado comunicará à CCB, com antecedência mínima de 30 dias, as datas de realização de missões de supervisão e/ou acompanhamento do projeto. O Projeto envidará esforços para garantir a sistematização e divulgação de lições aprendidas e outros conhecimentos estratégicos oriundos da sua implementação. Participará ativamente em eventos relevantes do Programa Piloto, como seminários de planejamento do programa (Linhas Temáticas), encontros

7.2 Acervo ISA

nacionais, etc. Com essa finalidade, o orçamento do próprio Projeto deverá disponibilizar recursos financeiros específicos. O Projeto divulgará e convidará instituições parceiras do Programa Piloto a participar de eventos de interesse comum, promovidos no âmbito da sua implementação.

7.3 Programas ou Projetos vinculados: outros projetos governamentais (ou não) em formulação ou execução fora do âmbito do Programa, que mantém autonomia gerencial, administrativa e financeira, cujos objetivos sejam relevantes para os objetivos e metas da 2ª Fase do PP-G7, e cujas instâncias executoras se disponham a participar das LTs pertinentes para potencializar os seus resultados e atividades. Também poderão vincular-se às LTs programas que pretendam prevenir, na sua execução, possíveis impactos negativos sobre as condições das florestas e das populações locais. As CEs deverão identificá-los e construir uma agenda que permita integrá-los às LTs.

7.4 Projetos transversais: os que respondem às demandas de conjunto do Programa, como os que se referem à coordenação operacional, gestão interinstitucional, monitoramento e participação da sociedade civil organizada, que não se referem especificamente às linhas temáticas e são aprovados diretamente pelas CCB e CCC.

Na segunda fase do Programa, dar-se-á ênfase aos pré-investimentos para formular projetos e programas que possam ser posteriormente executados com recursos próprios pelos atores institucionais ou sociais interessados, ou para projetos que integrem a sua carteira mas funcionem como "pontes" entre os objetivos do Programa e outros Programas já existentes, potencializando os seus efeitos quanto à proteção e o uso sustentável das florestas.

8. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.

8.1 Caráter interministerial. A proposta das linhas temáticas como estrutura básica para a segunda fase do PP-G7 lhe confere um caráter efetivo de programa interministerial, coordenado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e com a participação dos Ministérios da Justiça, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Integração e outros que tenham competências relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, ela articula e incorpora esforços e programas das instâncias do Governo Federal envolvidas na execução de projetos. As linhas temáticas, abertas para novos projetos formulados pelos diferentes atores institucionais envolvidos no Programa – órgãos federais, estaduais, municipais, ongs, movimentos sociais e setor privado -, constituirão espaços de avaliação e proposição de programas e de políticas públicas pertinentes, que permitirão aprofundar a inserção destes atores no contexto da segunda fase.

8.2 Relações com os Estados. Na sua primeira fase, o PPG7 apoiou o fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente da região amazônica, os esforços para a produção de informações com vistas ao zoneamento ecológico econômico e as experiências de gestão ambiental integrada desenvolvidas em micro-regiões prioritárias. Novos sistemas de licenciamento rural, capacitação técnica dos OEMAS, monitoramento ambiental e apoio ao Ministério Público foram implementados. Uma primeira experiência de Pacto Federativo se desenvolve no Mato Grosso, com a transferência gradual de competências na área florestal da União para os governos estaduais.

Para a sua segunda fase, pretende-se uma maior integração dos OEMAS da área de domínio da Mata Atlântica. Os fóruns de secretários estaduais estarão representados nas instâncias de gestão das várias linhas temáticas. Espera-se que os resultados acumulados no âmbito dos projetos em execução, como o SPRN, possam ser consolidados e se desdobrar de forma mais integrada e articulada no âmbito da linha temática de controle do desmatamento, mas também

dentro daquela voltada para a o desenvolvimento territorial, que incluirá a gestão ambiental municipal, além de permear as demais com novos projetos do seu interesse.

Na medida em que os estados adquirirem competências específicas no setor florestal através dos Pactos Federativos, o PPG7 estimulará a contratação de projetos de forma direta entre eles e as agências de cooperação, podendo utilizar a modalidade de projetos associados, que possam ser executados com maior agilidade e contribuir para a sedimentação de programas ambientais estaduais consistentes. Pouco se acumulou em relação aos municípios no decorrer da execução da primeira fase do PP-G7.

8.3 Inserção dos Municípios. A sua inserção no Programa foi precária no âmbito da primeira fase, e encontra dificuldades em vista do grande número de municípios existentes nas regiões envolvidas, sem que disponham de articulação própria na área de meio ambiente. Pretende-se que, na segunda fase, o Programa possa viabilizar experiências de gestão ambiental local, envolvendo conjuntos de municípios de forma integrada, e que se estimule a formulação de instrumentos tributários que incentivem a proteção dos recursos naturais, a exemplo das experiências já existentes na implantação do ICM ecológico em alguns estados e na discussão de instrumentos similares no âmbito federal. Estas demandas serão integradas às ações estratégicas da linha temática voltada ao desenvolvimento territorial, já que é uma linha que dedica-se à temática regional, microrregional e local, estando pois os temas referentes às questões de assentamentos humanos perfeitamente coerentes com o alcance da referida linha.

8.4 Ongs e Movimentos Sociais. Numa outra vertente, o PP-G7 apoiou as organizações da sociedade civil através das redes do GTA e da RMA e da execução de projetos, principalmente no âmbito do PDA. Os componentes que apresentaram os melhores níveis de execução foram aqueles que contaram com a sociedade civil como executora. Durante a primeira fase do PP-G7, articulou-se um importante capital social, que tem conquistado espaços de influência junto às políticas públicas de suas áreas de interesse. Para a segunda fase, pretende-se institucionalizar e sedimentar estas relações, através do apoio à consolidação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP-, como a Coalisão Florestas, que poderá gerir projetos de seu interesse no âmbito do PPG7 e de outras iniciativas similares de parceria entre a sociedade civil e os poderes públicos.

O governo espera que, neste novo patamar de relações institucionais, a sociedade civil assuma o papel de protagonizar a formulação e gestão da linha temática de uso sustentável, em que se concentram os projetos de interesse mais direto dos movimentos sociais, mas também que as suas demandas possam permear o conjunto das linhas temáticas propostas, através da formulação de novos projetos. As redes de organizações que participam do Programa estarão representadas nas instâncias de gestão de todas elas. Pretende-se, ainda, que a alternativa do contrato privado possa ser utilizada com maior flexibilidade no decorrer da segunda fase, dispondo da competente autorização para tanto.

8.5 Setor Privado. A inserção do setor privado também foi precária na primeira fase e deve ser reforçada na segunda. Experiências apoiadas pelo PDA, na consolidação de pólos produtivos, pelo RESEX com o estabelecimento de parcerias entre produtores e empresas e pelo Promanejo com o envolvimento do setor madeireiro em iniciativas promissoras, entre outras, devem se desdobrar de forma mais articulada e em maior escala. No âmbito da linha temática de produção sustentável, devem se incorporar outras experiências similares executadas em projetos afins e a discussão sobre instrumentos que fomentem de forma sustentável e sejam adequados às demandas da produção familiar ou das atividades florestais manejadas.

Já no âmbito da linha temática sobre desmatamento, devem ser trabalhadas as relações do Programa e das políticas pertinentes em relação à grande produção agrícola ou pecuária não

Acervo
ISA

sustentável, que contribui de forma importante para os elevados índices de desmatamento. Também devem ser discutidos novos instrumentos para incentivar o manejo florestal em reservas legais.

Da mesma forma, outros interesses e interfaces do setor privado poderão ser tratados no âmbito das demais linhas temáticas propostas. Por exemplo, a criação de RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural – deve ser tratada na linha sobre áreas protegidas.

9. CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DOS COMPONENTES DA SEGUNDA FASE

A execução da 1ª fase do Programa Piloto, em nível operacional, pode ser dividida em duas etapas. A primeira de formulação e aplicação de múltiplas regras e procedimentos administrativos, próprios à complexidade dos arranjos contratuais de cada componente. A segunda, em que as coordenações de projetos passaram a negociar junto aos parceiros internos e externos condições de execução mais favoráveis, visando diminuir os trâmites burocráticos necessários à sua implementação. Mesmo assim, apesar dos avanços conseguidos, as discussões realizadas durante a Revisão de Meio Termo, no âmbito da Subcomissão de Assuntos Administrativos e Financeiros da Comissão de Coordenação Brasileira e do Fórum de Secretários Técnicos e Coordenadores de Projetos, mostraram que mesmo com as simplificações implementadas, os procedimentos ainda não estão adequados à natureza do Programa e que o tempo e os recursos gastos com os trâmites administrativos são elevados.

Desta feita, para uma maior eficiência na implementação da 2ª fase, deve-se enfrentar dois desafios:

- i) a necessidade de contar com instrumentos contratuais, que à diferença da primeira fase, facilitem e reforcem a integração dos componentes e o caráter programático das intervenções; e,
- ii) a necessidade de simplificar o custo e tempo dos processos de pré-negociação, negociação, contratação, efetivação e execução financeira dos componentes do Programa.

É importante salientar que, nos últimos dois anos, os participantes do Programa têm realizado esforços visando integrar as intervenções e diminuir os processos administrativos para contratação e execução dos componentes, como é o caso do desenho e da contratação dos componentes PDPI, Sub-Programa Mata Atlântica e do componente de combate ao desmatamento e queimadas dentro do contrato PDA, entre outros.

Entretanto, os resultados positivos dessas mudanças mostram que para facilitar a operacionalização desse tipo de iniciativa se faz necessária, por exemplo, a contratação de um conjunto de componentes (projetos) de cada LT (ou várias) por intermédio de um único contrato e a não exigência de garantias governamentais quando o contrato for estabelecido entre o doador e um organismos privado brasileiro.

Quanto à implementação de projetos pelos governos estaduais, as avaliações realizadas mostraram que não existe uma única proposta para resolver os problemas de atraso e de baixo desempenho na execução financeira, e que as soluções são bastante limitadas em função das legislações e políticas locais. Os esforços realizados para diminuir esses procedimentos não foram suficientes e cada caso deverá ser tratado de forma independente.

O aumento dos recursos disponíveis no Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais – RFT, ou em mecanismo similar, é condição para a formulação de novos projetos para a 2ª fase e para facilitar a implementação dos vários componentes. É também indispensável que o tratamento

Acervo
ISA

dado a esse tipo de recursos corresponda ao caráter de doação e não de empréstimo, tendo como características principais a flexibilidade e agilidade.

10. O CICLO DOS PROJETOS NA SEGUNDA FASE

A aprovação de qualquer novo projeto no Programa Piloto será realizada seguindo as diretrizes gerais da V Reunião dos Participantes, incluindo alguns ajustes decorrentes da adoção do formato de linhas temáticas. O processo é iniciado com a formulação da concepção básica, de sua discussão no âmbito da Coordenação Conjunta da sua Linha Temática, na CCB e CCC. A proposta final deverá ser aprovada pelo doador envolvido e pela CCB.

As seguintes diretrizes gerais, definidas pelos participantes, durante a primeira fase, deverão ser observadas:

- a) Os Doadores, Governo Brasileiro e Banco Mundial continuarão buscando estabelecer arranjos contratuais e operacionais que, baixo um mínimo de custos transacionais, possam permitir um processo rápido e flexível de aprovação, contratação e desembolso de Projetos.
- b) Tal como vem ocorrendo, os esforços na busca de flexibilizar a implementação dos projetos devem incluir a análise da possibilidade de agrupar vários componentes em um único instrumento contratual.
- c) O planejamento, gerenciamento e supervisão dos Projetos deverão ser realizados por resultados.
- d) Tal como ocorre com projetos com estrutura de financiamento e arranjos operacionais complexos, como é o caso dos Corredores Ecológicos, projetos ou componentes podem ser implementados e financiados por etapas.
- e) Os instrumentos contratuais a utilizar na segunda fase poderão ser desenhados de tal forma que possibilitem a realocação de recursos. Nesses casos, sugere-se que a primeira instância a identificar essa necessidade seja a CCLT, que deverá interagir com o doador envolvido e posteriormente encaminhar uma proposta para apreciação da CCB.
- f) O conceito de Doador Líder continuará sendo utilizado na preparação dos Projetos da segunda fase pela eficiência demonstrada no processo de preparação e negociação de propostas. O Doador Líder é o agente que lidera as discussões técnicas do lado dos doadores para cada Projeto, em função das suas vantagens comparativas.

Etapas do ciclo dos Projetos

- a) Concepção básica do projeto: é proposta pela CCLT. O documento que deve seguir o formato aprovado pela CCC em 1999. Deve incluir um plano de financiamento e indicar a provável fonte de recursos.
- b) Preparação: é realizada por instituições brasileiras, governamentais ou não, com fundos específicos para esta finalidade colocados à disposição. O Doador Líder participa ativamente deste processo.
- c) Aprovação: etapa em que o GOB apresenta o desenho do projeto e os arranjos para implementação, e em que se chega a um acordo entre as partes sobre os objetivos, resultados, cronograma e seus indicadores, incluindo métodos de verificação. A CCLT deve encaminhar a proposta final do Projeto para aprovação da CCB. A prerrogativa de aprovação final do Projeto é do doador.

- 72 - Acervo
MISA
- d) Negociação do contrato: é realizada entre as partes envolvidas, para cada tipo de acordo para implementação do Projeto.
 - e) Supervisão: realizada pela agência implementadora, com a participação do Doador (es), coordenação executiva da linha temática e comitê de coordenação do Programa. Na Segunda fase se buscará realizar missões de supervisão conjuntas para vários componentes. Caberá à Coordenação da Linha Temática, propor à CCB o calendário tentativo de revisões semestrais e informar os seus membros sobre possíveis alterações.

11. MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS

São três as modalidades da cooperação que pode ser recebida no âmbito do Programa Piloto: cooperação financeira, técnica e científica. Cada uma delas tem características específicas, envolve trâmites e pré-requisitos diferentes e estão sob a responsabilidade de diferentes instâncias do Governo Federal. No que se refere à cooperação técnica e científica, espera-se na Segunda Fase do Programa, continuar aplicando os procedimentos vigentes, dentro das diretrizes definidas pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Os principais ajustes, na estratégia de internalização e implementação, assim como em alguns procedimentos de tramitação, se referem à cooperação financeira.

São dois os tipos de contrato de cooperação financeira que poderão ser assinados na Segunda fase do Programa: i) contratos para projetos convencionais; e ii) contratos para projetos associados. Os componentes ou projetos convencionais ou associados poderão ser implementados utilizando contratos de natureza pública e contratos privados. Os contratos de natureza pública poderão ser assinados diretamente com a União, com os Estados e/ou Municípios. Os contratos de natureza privada com uma organização da sociedade civil ou agente financeiro. A diferença básica dos contratos considerados de natureza pública e privada está relacionada com a exigência de garantias governamentais diretas, exigência que somente poderá ser admitida nos contratos públicos, conforme determina a Lei da Responsabilidade Fiscal.

As fontes de recursos admitidas na Segunda fase do Programa são: doações governamentais internacionais, doações privadas internacionais, doações públicas nacionais, doações privadas nacionais, empréstimos nacionais, empréstimos internacionais e orçamento público. Todas as fontes mencionadas podem efetivar acordos com instituições governamentais e não governamentais. Para todos os casos serão admitidos contratos de cooperação financeira públicos e privados. Adicionalmente, recursos orçamentários deverão ser destinados para a efetivação de contratos de parceria entre as instituições públicas participantes do Programa e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

Para facilitar o processo de contratação e de gestão financeira dos projetos a serem executados por instituições públicas (com a possibilidade de termos um único contrato público por doador) as agências de cooperação financeira poderão contratar o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei N.7797 de 10/07/1989 e regulamentado pelo Decreto N.3524 de 26/06/2000 e pela Portaria MMA N.170 de 03/05/2001, ou por outro fundo federal legalmente constituído. O Fundo promoverá a alocação final dos recursos em projetos ou atividades específicas, através de instrumentos específicos. Nesse caso o Fundo escolhido manterá carteiras específicas para as Linhas Temáticas que compõem o Programa e que serão geridas sob a supervisão das suas instâncias de decisão. Os recursos serão disponibilizados atendendo as determinações das instâncias de decisão do PP-G7 .

11.1 Procedimentos internos de tramitação de contratos de cooperação financeira

Na Segunda fase do programa a CCB, responsável pela identificação e formulação dos Projetos, assumirá as responsabilidades de avaliação, prorrogação e aprovação de pleitos relativos a emendas, prorrogações e alterações de aspectos técnicos dos Projetos de cooperação financeira não reembolsável, hoje sob a responsabilidade da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX). Caberá à COFIEX a emissão de autorização "guarda chuva" dentro dos limites a serem propostos pela CCB. Desta forma a CCB assumirá o papel que lhe foi conferido por intermédio do Decreto N. 2119, Art. 6, de 13 de janeiro de 1997.

Autorizado o limite de contratação e aprovado o componente ou projeto pela CCB, a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, receberá da Secretaria Executiva da CCB as decisões da Comissão e a documentação prevista na Resolução do Senado Federal nº 23, de 12 de abril de 1996, para dar início ao processo de pré-negociação, negociação e assinatura dos instrumentos legais com a União, visando a implementação dos projetos. Os procedimentos administrativos a serem seguidos para iniciar a pré-negociação, assim como as outras etapas que deverão concluir com a assinatura dos contratos, deverão ser ajustados através de um instrumento legal específico visando a eliminar os passos ou etapas que se repetem e que não se aplicam ao caráter de doação.

Os contratos públicos que envolvam cooperação financeira reembolsável tramitarão pela COFIEX, por intermédio da SEAIN, dentro dos procedimentos próprios desse tipo de acordos.

11.2 Instrumentos para operacionalização dos contratos de cooperação financeira

Os projetos financiados com recursos oriundos de contratos de cooperação financeira de natureza pública com a União poderão ser implementados pelo Ministério responsável através de convênios com os Governos de Estado, Prefeituras Municipais e ONGs e por intermédio de contratos com agentes financeiros, tal como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, respeitando as particularidades de desenho do Projeto. Os projetos financiados com recursos oriundos de contratos de cooperação financeira de caráter privado poderão ser implementados através de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9790/99, ou por qualquer instituição privada.

No caso dos contratos privados, a OSCIP contratada para implementar projetos e desenvolver atividades específicas do Programa poderá integrar a estrutura gerencial do Programa dentro das respectivas CCLT e na CCB. Os Ministérios que participam do Programa poderão destinar recursos orçamentários para o funcionamento de OSCIP, através de termos de parceria, e se fizerem representar junto à sua respectiva instância de decisão.

No caso de se optar pela assinatura de Contratos diretos com os Estados, que poderão ser considerados componentes associados, terão a sua efetividade condicionada à assinatura do Pacto Federativo e ao cumprimento de condições específicas em função da linha temática que será abordada. Estes contratos estabeleceram cláusulas que permitam garantir algumas condições prévias.

12. A GRADE DE LINHAS TEMÁTICAS

A Proposta para a 2ª fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil apresentada pelo Governo brasileiro em Cuiabá em junho de 2001, destacou as seguintes prioridades para a constituição de uma grade temática para as linhas: Gestão pública e social de áreas protegidas; Gestão ambiental municipal; Zoneamento e planejamento ambiental regional; Controle do desmatamento e aplicação da legislação florestal; Manejo florestal e consórcios agro-florestais; Assentamentos rurais sustentáveis; Negócios sustentáveis; Produção

72 - Acervo
MISA

e difusão de conhecimento técnico e científico e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável e Recuperação de áreas degradadas.

Com o avanço das discussões os temas estratégicos foram limitados a seis, basicamente em virtude da capacidade gerencial do Programa, da melhor possibilidade de agrupamento das temáticas trabalhadas e de inclusão de novos temas identificados como lacunas. Assim os subprogramas e projetos do PP-G7, outros programas do MMA e de outros ministérios, poderiam ser articulados nos seguintes temas estratégicos: Gestão pública e comunitária de áreas protegidas; Uso sustentável de recursos naturais; Monitoramento, prevenção e controle de desmatamentos e queimadas; Desenvolvimento territorial; Gestão ambiental municipal e desenvolvimento local sustentável; e Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, o baixo grau de envolvimento dos municípios e de instituições públicas chave para a viabilização da linha temática sobre gestão ambiental municipal, ensejou à CCB e à coordenação do Programa a proposição de uma grade composta pelas demais cinco linhas temáticas, incorporando-se as prioridades e estratégias de atuação previstas para a gestão municipal à linha dedicada ao desenvolvimento territorial.

Assim, a linha temática sobre áreas protegidas reunirá as ações e articulações que envolvem o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – e as terras indígenas que, juntos, representam uma das mais importantes e eficazes iniciativas para a proteção e preservação da biodiversidade da Amazônia, com demandas próprias de implementação, integração e gestão. Os avanços na demarcação das terras indígenas, através do PPTAL, suscita agora as demandas de gestão pelos povos indígenas dos territórios demarcados; a implementação do modelo das reservas extrativistas, através do RESEX, requer um desdobramento que atenda às demandas de escala dos extrativistas por regularização fundiária e manejo dos recursos naturais; o início da implementação do Projeto Corredores Ecológicos suscita uma visão integrada e sistêmica da conservação; e novos projetos no âmbito do próprio Ministério do Meio Ambiente devem se incorporar e complementar estes esforços, como o Projeto ARPA, que ampliará o SNUC com a criação de parques e reservas, e o PNF, que implementará as FLONAS.

Em uso sustentável dos recursos naturais se desdobrarão as experiências piloto do PDA, Promanejo e outras iniciativas que envolveram demandas econômicas durante a primeira fase, incorporando novos atores – como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional – e projetos – como o Proambiente, na lógica da acumulação de forças para fomentar o desenvolvimento sustentável, com prioridade para os segmentos da pequena produção que não estão incluídos nos instrumentos públicos de fomento existentes. As questões da política florestal e em particular, a busca de consensos sobre o manejo florestal sustentável, bem como as dificuldades de sua implementação terão aqui um espaço amplo, enfocando as alternativas para o manejo dos recursos da floresta e para a implementação de negócios sustentáveis, tanto do ponto de vista das comunidades quanto das empresas interessadas e dispostas a realizarem práticas sustentáveis, incluindo questões de beneficiamento e de comercialização, além das de produção sustentável, para que se possa envolver o conjunto das cadeias produtivas. Aqui também a incorporação de outros projetos será fundamental, como o PRONAF, o maior programa governamental de crédito para a agricultura familiar, e o próprio Programa Nacional de Florestas.

As políticas de descentralização do controle e licenciamento ambiental iniciadas durante a primeira fase, com o fortalecimento institucional do órgão de execução da política ambiental em nível federal, dos órgãos estaduais de meio ambiente e o desenvolvimento de experiências de ação integrada a nível regional, requererão, agora, um foco mais direto e específico sobre a questão do desmatamento e da necessidade de reverter os seus elevados índices, através da disseminação das melhores experiências em escala regional, como é o caso do sistema de licenciamento rural para grandes propriedades implementado em Mato Grosso. O

aperfeiçoamento e a adaptação deste sistema para a região amazônica –bem como de outros que tiverem sido desenvolvidos ou tenham sido iniciados na esfera estadual ou federal- põe em perspectiva, pela primeira vez, a possibilidade concreta de reduzir a algo próximo de zero o desmatamento ilegal. A linha temática sobre desmatamento deverá também incrementar a discussão sobre o manejo florestal nas reservas legais, com o objetivo de influenciar as instituições públicas de fomento para desenvolver a produção sustentável em escala e, assim, contribuir também para a redução dos desmatamentos legais. A implementação de um sistema integrado de monitoramento e controle das atividades envolvendo o uso, a exploração e a comercialização dos recursos e produtos florestais, no nível da propriedade rural é fundamental para a redução das taxas de desmatamento e da exploração ilegal de madeira.

Desenvolvimento territorial enfocará a integração das políticas de ocupação do território, apropriando-se das experiências de zoneamento havidas na primeira fase, mas numa perspectiva de planejamento interativo. Aqui terá espaço a discussão de iniciativas de governo referentes à questão fundiária, como a arrecadação de terras públicas griladas, a unificação dos bancos de terras dos diversos órgãos competentes, a implementação em escala da legislação ambiental fora das áreas protegidas, a realização de obras de infra-estrutura com impacto potencial sobre as florestas, além de outras questões que não tiveram tratamento consistente durante a primeira fase. Esta linha também incorporará as demandas referentes à gestão ambiental municipal e local, para dar espaço à realização de experiências de gestão integrada através de consórcios de municípios, desdobrando, com enfoques mais claros, as iniciativas dos PGAI's do SPRN.

A inserção das questões urbanas, que na primeira fase não se constituíram em foco de interesse do Programa, passa por uma mudança na ótica de abordagem das intervenções programáticas ultrapassando a clássica dualidade entre o rural e urbano. Paradoxalmente, a Amazônia é hoje a região que apresenta as maiores taxas de crescimento urbano do País. Constata-se que 85% das áreas desmatadas na Amazônia encontram-se dentro de um raio de 25 Km em torno de núcleos urbanos e nas cidades se congregam os atores das dinâmicas socioeconômicas, não apenas enquanto viabilização dos processos de suprimento, comercialização e comunicação, mas também, das decisões políticas. A abordagem do espaço urbano, como centro das distintas instâncias de decisão, deve ser incorporada na definição de estratégias que visem ao desenvolvimento sustentável da floresta.

A questão urbana não deve ser vista como uma política estanque no Programa, a partir da inserção do tema dentro de uma linha temática específica e única, e sim, deve se transformar num assunto conjugado às políticas de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento local. Compreendendo-se que ações voltadas para o urbano tem efeitos sobre o rural e vice-versa, propõe-se que a abordagem integrada dos dois temas permeie todas as linhas temáticas. Não obstante, propõe-se a inserção dos resultados e ações específicos descritos a seguir.

Na Linha de Desenvolvimento territorial e desenvolvimento local sustentável - propõe-se a abordagem do urbano na esfera regional, por meio da inserção de ações voltadas para o conhecimento do papel exercido pelas cidades frente aos processos socioeconômicos e ambientais na Amazônia. Esta proposição, de caráter analítico e com o objetivo de identificar instrumentos de gestão e controle dos processos de expansão urbana, que permitam atenuar os impactos sobre os ecossistemas. Adicionalmente, propõe-se a abordagem do urbano na esfera local (intra-urbana), por meio da inserção de ações que visam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes nas cidades da Amazônia. Trata-se de ações concretas, diretamente voltadas à solução dos principais problemas ambientais urbanos, bem como de fortalecimento institucional do Poder Público local para o enfrentamento destas questões.

Em ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável se pretende um duplo movimento, para aproximar as iniciativas de pesquisa das demandas mais concretas relativas à proteção das

florestas e à melhoria das condições de vida das populações locais, articulando as demandas na área de ciência e tecnologia das demais linhas temáticas, e para estabelecer vínculos mais orgânicos entre o PPD, os demais programas do Ministério da Ciência e Tecnologia relacionados à Amazônia, como o LBA e o Jacaranda, e as suas novas iniciativas na definição de políticas setoriais, através de fundos temáticos e outros instrumentos.

O dimensionamento desta grade em cinco linhas temáticas considerou a relevância dos temas propostos para os objetivos gerais do Programa, procurando atender de forma mais objetiva e em maior escala as prioridades já contempladas na sua primeira fase, e suprir as suas lacunas temáticas mais importantes. Considerou, ainda, a abertura de espaços para uma inserção mais aprofundada, ampliada e ativa de ministérios e outras instituições relevantes para aqueles objetivos, sem perder de vista a viabilidade da gestão interinstitucional implícita no conceito de linhas temáticas.

O desenho desta grade representa um denominador comum entre as partes brasileiras envolvidas no Programa para iniciar a implementação da sua segunda fase, que nele identificam suficientes espaços para o seu protagonismo e para a inserção das suas demandas prioritárias. Porém, esta grade deve ser encarada de forma dinâmica, podendo ser modificada no decorrer da execução da segunda fase, seja para inserir novas linhas ou promover fusões entre as já existentes, re-enfocando prioridades ou aperfeiçoando a gestão do Programa como um todo, refletindo, enfim, novos pactos e consensos que venham a ser construídos.

13. CAMPO DE ATUAÇÃO DAS LINHAS TEMÁTICAS

A seguir são apresentados os resultados das diversas consultas realizadas no processo de preparação da proposta de linhas temáticas, relacionados com os principais problemas que deverão ser abordados e as diretrizes que deverão nortear a implementação das LTs.

a) Linha Temática 1: Gestão pública e comunitária de áreas protegidas

A LT 1 tratará de questões relacionadas com a criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Especificamente, espera-se:

- Contribuir para a implementação e o fortalecimento do SNUC.
- Contribuir para o fortalecimento da política indígena e o aperfeiçoamento da política indigenista.
- Contribuir para o fortalecimento da participação da sociedade civil na gestão das Áreas Protegidas.
- Recuperar os fragmentos de Mata Atlântica.
- Articular as políticas: i) de criação de Tis; II) de criação de Ucs; iii) de implantação de assentamentos rurais e urbanos; e iv) agrícolas (PRONAF).
- Integrar os organismos responsáveis pelas políticas ambientais e de ciência e tecnologia.
- Integrar intra-institucionalmente os organismos responsáveis pela gestão ambiental.
- Consolidar a gestão participativa de UCs, fazendo com que sirva de coluna vertebral para um modelo de conservação e uso sustentável dos recursos naturais das florestas tropicais brasileiras.

b) Linha Temática 2: Uso sustentável dos recursos naturais

Dentro desta linha as discussões realizadas sugeriram a reconceituação do título de Produção Sustentável para "Uso Sustentável dos Recursos Naturais", abrangendo os setores de agroextrativismo, manejo florestal, agrossilvicultura, manejo de recursos aquáticos, pecuária, agroindústria e ecoturismo. Com esta linha pretende-se obter os seguintes impactos:

- Aumento da participação relativa do uso sustentável dos recursos naturais no PIB regional.
- Reversão do modelo predatório de uso dos recursos naturais.
- Melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares rurais.
- Mudança do perfil de alocação dos recursos públicos de fomento à produção.
- Aumento da oferta, da qualidade e da competitividade de produtos gerados de forma sustentável.
- Melhoria e democratização do conhecimento sobre a produção familiar sustentável
- Sistema permanente de formação /capacitação adequado à produção sustentável estruturado.
- Empreendimentos rurais explorados de forma integral.
- Maior valor agregado para o uso sustentável dos recursos naturais.
- Produtores com maior conhecimento das cadeias produtivas.
- Renda dos produtores melhorada.
- Instrumentos de valorização dos serviços ambientais criados.
- Legislação adequada ao uso sustentável dos recursos naturais.
- Melhoria da sustentabilidade ambiental dos projetos de assentamento.
- Utilização da Reforma Agrária como instrumento de conservação das florestas tropicais.
- Redução da taxa de evasão dos assentados.
- Promover a difusão do uso sustentável dos recursos florestais, com base nas tecnologias já desenvolvidas.

c) Linha Temática 3: Monitoramento, prevenção e controle de desmatamentos e queimadas

A Linha Temática espera consolidar as intervenções que o Programa Piloto tem realizado na primeira fase, orientando as intervenções relacionadas ao combate, prevenção e controle de desmatamentos e queimadas. Os resultados que pretende-se alcançar são:

- Controle social dos desmatamentos por meio de ações da sociedade civil e do Ministério Público
- Prevenção de desmatamentos e queimadas com aplicação de instrumentos econômicos implementados
- Estratificação e qualificação do processo/dinâmica de desmatamento e queimada na Amazônica e na Mata Atlântica implementados.
- Referencial para controle e monitoramento de desmatamentos e queimadas pactuado.
- Institucionalização dos papéis da União, dos Estados e dos Municípios no controle e no monitoramento de desmatamento internalizada.
- Políticas públicas para o setor florestal e de áreas protegidas implementadas
- Uso do fogo sob controle.
- Compatibilizar e integrar as iniciativas federais e estaduais relacionadas ao controle, monitoramento e licenciamento de propriedades rurais.

d) Linha Temática 4: Desenvolvimento territorial sustentável em nível local, microregional e regional

A LT 4 busca contribuir para a maior integração entre as políticas ambientais, fundiárias e demais políticas de desenvolvimento por meio da organização e disponibilização de informações relativas ao ordenamento territorial. A difusão de conhecimentos é considerado elemento transversal necessário para o êxito desta linha. Com esta linha espera-se contribuir para os seguintes resultados:

A.Zoneamento ecológico e econômico

- ZEE finalizado na Amazônia Legal e na Mata Atlântica

- Instituições articuladas implementando o ZEE
- Atores sociais mobilizados e envolvidos na implementação do ZEE
- Planejamento do desenvolvimento permeado pelo ZEE na Amazônia Legal e na Mata Atlântica

B. Modelos de desenvolvimento

1. – Integração e articulação entre setores:
 - Modelos setoriais (agricultura, mineração, indústria, ocupação Territorial) sustentáveis desenvolvidos, testados e implementados.
 - Metodologia de negociação e gestão de conflitos sobre uso e ocupação desenvolvidas e testadas.
 - Impactos socioambientais dos eixos de desenvolvimento mitigados.
 - Recursos humanos qualificados no gerenciamento e operação de modelos setoriais sustentáveis.
2. Promoção de estratégias integradas de Conservação e Desenvolvimento no âmbito micro-regional:
 - Iniciativas de desenvolvimento e conservação planejadas e articuladas no âmbito micro-regional.
 - Produção agrícola de baixo impacto/SAFs nos assentamentos da Reforma Agrária assegurada.
 - Políticas regionais de infraestrutura adequadas à produção familiar.
 - Sistemas produtivos locais articulados no âmbito regional.
 - Tecnologias adequadas à produção familiar disponíveis.
3. Cenários e dinâmicas de uso e ocupação:
 - Tendências e cenários de desenvolvimento equacionados.
 - Dinâmicas de ocupação conhecidas e monitoradas
4. Difusão de experiências exitosas
 - Experiências exitosas de uso sustentável sistematizadas e replicadas

C. Questão fundiária

- Conhecimento interinstitucional da ocupação fundiária produzido
- Organização da estrutura fundiária influenciada e promovida
- Estratégias para ação interinstitucional integrada formuladas, incorporadas e implementadas
- Legislações e procedimentos nas áreas fundiária e ambiental compatibilizadas
- Metodologias de negociação e gestão de conflitos formuladas, incorporadas e implementadas

D. Difusão de conhecimentos

- Modelo de sistematização de informação (banco de dados) reestruturado
- Modelo implementado a partir de diálogo prévio com as populações
- Tecnologias / informações para atingir (na prática) este modelo adotadas

E. Cidadania fortalecida

- Instâncias de participação social envolvidas e articuladas, influenciando a tomada de decisões na formulação e implementação das políticas públicas.

F. Desenvolvimento econômico promovido de forma sustentável:

- Instrumentos econômicos e fiscais utilizados para dar sustentabilidade à gestão ambiental

G. Integração institucional consolidada

- Recursos e ações institucionais convergindo de forma equilibrada para o desenvolvimento local.
- Integrar as ações estratégicas de políticas, programas e projetos em nível local.
- Criar mecanismos de integração das ações do PPG7 em nível local.
- Fortalecer a integração entre os órgãos municipais e a sociedade civil para o desenvolvimento local

H. Gestão ambiental promovida

Poder público local implementando métodos e instrumentos para a gestão ambiental integrada

I. Gestão ambiental urbana

- Incluir a abordagem das cidades na metodologia de análise para o zoneamento.
- Aprofundar o conhecimento sobre os fatores de expansão urbana e identificar instrumentos de gestão e controle desses processos, atenuando impactos sobre esses ecossistemas. Deve ser aprofundado o conhecimento do papel exercido pelas distintas categorias de cidades da Amazônia frente aos processos socioeconômicos e ambientais.
- Realizar levantamento bibliográfico sobre a relação entre o urbano e o rural, visando subsidiar o entendimento do "novo rural brasileiro", denominado "rurbano".
- Promover a inserção das questões urbanas dentro do desenho e análise das políticas ambientais.
- Apoiar o poder público local na implementação de ações de gestão ambiental urbana, por intermédio da capacitação, reforçando a capacidade institucional e estimulando a consolidação de parcerias com a sociedade civil.
- Implementar ações demonstrativas visando a solução de problemas ambientais urbanos, com destaque para a ocupação de margens de cursos de água, áreas alagadas e áreas alagáveis, resíduos sólidos e saneamento ambiental.

e) Linha 5: Ciência e tecnologia

A LT 5 tem como objetivo atender as demandas de ciência e tecnologia buscando os seguintes impactos:

- Número e capacidade dos grupos de pesquisa na Amazônia ampliados em temas relevantes para o desenvolvimento sustentável.
- Incremento da participação dos beneficiários, incluindo empresas, nas etapas fundamentais de C&T, disseminação por meio de redes de assistência técnica, visando à adoção de tecnologias adequadas ao desenvolvimento sustentável.
- Geração de tecnologias voltadas ao uso sustentável de áreas desmatadas e à recuperação e enriquecimento florestal de áreas alteradas ou degradadas
- . Geração de conhecimento que permita a valoração de serviços ambientais associados à produção sustentável, de forma a viabilizar sistemas de crédito de fomento alternativos
- Geração de aporte tecnológico que contribua para a viabilidade ecológica e econômica dos sistemas de manejo de recursos naturais.
- Fortalecimento da capacidade de geração de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável por empresas e cadeias produtivas
- Disseminação e incorporação dos conhecimentos gerados ao público-alvo
- Aumento do conhecimento sobre as dinâmicas sociais e sua influência sobre os ecossistemas
- Ampliação do conhecimento da biodiversidade e dos acervos biológicos e de coleções, especialmente das espécies ameaçadas, bio-indicadoras e potencialmente úteis
- Aumento do uso científico dos conhecimentos tradicionais de comunidades e povos indígenas para o seu usufruto e bem-estar
- Melhor entendimento das interações entre biodiversidade-ecossistema-clima associadas às mudanças climáticas e uso do solo
- Ampliação do conhecimento do funcionamento e uso dos ecossistemas aquáticos amazônicos (ciclos hidrológicos, limnologia, impactos)
- Ampliação da integração da Linha Temática C&T com as demais linhas, subsidiando os projetos do PPG7.

14. PRIORIDADES DA PARTE BRASILEIRA PARA A SEGUNDA FASE

Segue-se um quadro sintético das prioridades definidas pela parte brasileira, após consulta às Coordenações Provisórias das cinco linhas temáticas, que constitui uma proposta inicial de pauta para discussão e negociação da segunda fase do Programa com os representantes dos países doadores.

LINHA TEMÁTICA	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO
1. GESTÃO PÚBLICA E COMUNITÁRIA DE ÁREAS PROTEGIDAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuir para a minimização de conflitos sociais em Áreas Protegidas, envolvendo para tanto o Ministério Público, INCRA, IBAMA, MMA, FUNAI, populações locais, povos indígenas e suas entidades representativas. As ações devem considerar tanto o passivo social existente nas Unidades de Conservação já criadas, como os conflitos decorrentes da sobreposição de Áreas Protegidas. 2. Desenvolver ações similares ao PPTAL (reconhecimento e implantação de TI) e ao PDPI para as áreas de domínio da Mata Atlântica. 3. Democratizar a gestão pública em Áreas Protegidas, com vistas a possibilitar o bom funcionamento de conselhos de gestão de UCs e outros. 4. Desenvolver estudos direcionados a: viabilizar o pagamento de serviços ambientais às comunidades locais ou aos órgãos de administração das UCs e Terras Indígenas; a criação de fundos fiduciários para a sustentação de áreas protegidas no domínio da Amazônia e da Mata Atlântica; apoiar mecanismos que assegurem a efetiva proteção das Áreas de Preservação Permanente de UCs de diferentes categorias de manejo; garantir a conservação da biodiversidade em Terras Indígenas; e ao desenvolvimento de instrumentos econômicos com vistas à manutenção das UCs. 5. Apoiar a criação, implantação e implementação de UCs, bem como o reconhecimento de TIs com base num processo amplamente discutido com as populações locais e as organizações diretamente envolvidas.
2. USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de alternativas educativas e de assessoria rural, com a implantação de modelos alternativos de assessoria rural para apoiar a produção familiar rural sustentável, e de educação rural que adotem a pedagogia da alternância, com capacitação de técnicos e produtores familiares para os aspectos relacionados ao meio ambiente, de forma integrada ao seu meio de vida, e com apoio à criação e implantação inicial do fundo de apoio do PROAMBIENTE. 2. Apoiar a organização da produção e da comercialização integral, para: formar e capacitar os agentes envolvidos sobre os processos produtivos sustentáveis, com ênfase na gestão de negócios; gerar e disseminar informações sobre características e potenciais das cadeias produtivas de interesse dos beneficiários; apoiar a formação de uma rede de informações com a integração dos bancos de dados existentes e a incorporação de novas formas de comunicação; e promover as iniciativas de formação das cadeias produtivas para a produção sustentável. 3. Apoiar o desenvolvimento de modelos de produção rural sustentáveis, para: apoiar o desenvolvimento de modelos alternativos de produção familiar sustentáveis, avaliando e validando as iniciativas inovadoras de produtores familiares; desenvolver estratégias destinadas a recuperar/reabilitar Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente para a produção familiar; promover iniciativas de crédito adequadas à produção familiar sustentável que considerem o valor dos serviços ambientais associados; e fomentar estudos, debates e disseminação de informações, visando a adequação da legislação aos sistemas de produção sustentáveis. 4. Apoiar o acesso e a permanência na terra, para: fomentar a construção de experiências de produção sustentável que sirvam de referência para os projetos de assentamento da reforma agrária; fomentar, nos planos de desenvolvimento sustentável dos assentamentos, a recuperação de áreas degradadas priorizando as reservas legais e as áreas de preservação permanente; e apoiar a formulação e implementação de legislação para criação de projetos de assentamentos adaptados ao uso sustentável dos recursos naturais. 5. Apoiar a produção florestal principalmente na capacitação dos produtores pequenos, médios e grandes no desenvolvimento e sistemas de exploração sustentáveis, com ênfase no manejo dos recursos e na recuperação de áreas alteradas visando a expansão da base florestal; desenvolver mecanismos de informação, disseminação e certificação para estabelecer cadeias produtivas integradas na produção florestal sustentável.
3. MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar estudos para identificar as políticas públicas que contribuem para o incremento dos desmatamentos e queimadas na Amazônia. 2. Estender o Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural para o conjunto da região Amazônica. 3. Fomentar a ação local para incentivar controle de desmatamentos, queimadas e busca de alternativas para a recuperação de áreas alteradas em regiões estratégicas. 4. Incentivar o uso sustentável das áreas de Reserva Legal, principalmente em relação aos serviços ambientais. 5. Realizar auditorias nos sistemas estaduais de monitoramento ambiental. 6. Integrar a questão do manejo florestal ao licenciamento em propriedades rurais. 7. Desenvolver o monitoramento e controle das Unidades de Conservação através do sistema de monitoramento ambiental.
4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar áreas prioritárias para a construção de parcerias de caráter local, microrregional e regional, mediante critérios previamente definidos. 2. Apoiar o processo de articulação intermunicipal na prática do desenvolvimento sustentável, com destaque para a efetivação de parcerias com a sociedade civil. 3. Conhecer os atributos do território, fragilidades, potencialidades, recursos naturais, assentamentos humanos e a infra-estrutura disponível, via zoneamento ecológico-econômico. 4. Aprofundar o conhecimento sobre os fatores de expansão urbana e identificar instrumentos de gestão desse processo, atenuando o impacto sobre os ecossistemas naturais. 5. Promover a elaboração de mapas fundiários com a identificação das terras públicas e privadas, apoiando a implementação do Registro Único de Terras. 6. Promover ações de regularização e ordenamento fundiário. 7. Formular e desenvolver mecanismos estruturantes de apoio à produção sustentável, com instrumentos econômicos. 8. Implementar ações demonstrativas visando a solução de problemas ambientais decorrentes de assentamentos humanos, com destaque para a ocupação de margens de cursos de água, áreas alagadas e alagáveis, resíduos domésticos e saneamento ambiental. 9. Desenvolver ações buscando subsidiar a mudança de paradigma sobre o que é Brasil rural, inclusive em nível legal. 10. Desenvolver ações que assegurem a criação e a implantação de assentamentos de reforma agrária ambientalmente equilibrados e sustentáveis.
5. CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Treinar e capacitar atores locais (técnicos, governos, lideranças comunitárias), considerando os resultados das pesquisas desenvolvidas que têm aplicabilidade nas comunidades. 2. Promover a sistematização, a avaliação e a disseminação dos dados disponíveis relativos ao uso sustentável e à recuperação das florestas tropicais. 3. Estimular a geração e a difusão de tecnologias econômica e ecologicamente viáveis para a produção e manejo, visando elevar o valor agregado dos produtos agroextrativistas. 4. Promover e apoiar sistemas de manejo sustentáveis de recursos pesqueiros das comunidades ribeirinhas e tradicionais. 5. Estudar aspectos ambientais e sócio-econômicos para apoiar a criação, implantação (planos de manejo), gestão e monitoramento de áreas protegidas. 6. Realizar estudos para resgatar as práticas tradicionais associadas ao uso e à conservação da biodiversidade, tendo como base as demandas das comunidades interessadas. 7. Apoiar pesquisas que visem a inserção da mulher nas atividades econômicas, com destaque para a produção, transformação e comercialização (gestão de negócios).

ANEXO 1

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DAS LINHAS TEMÁTICAS
DEFINIDAS NO SEMINÁRIO DE PREPARAÇÃO DA PROPOSTA
DE SEGUNDA FASE REALIZADO EM BRASÍLIA EM ABRIL DE 2002**

Linha 1: Gestão pública e comunitária de Áreas Protegidas

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
<p>⇒ Contribuir para a implementação e o fortalecimento do SNUC.</p> <p>⇒ Contribuir para o fortalecimento da política indígena e o aperfeiçoamento da política indigenista.</p> <p>⇒ Contribuir para o fortalecimento da participação da sociedade civil na gestão das Áreas Protegidas.</p> <p>⇒ Recuperar os fragmentos de Mata Atlântica.</p> <p>⇒ Articular as políticas: i) de criação de TIs; II) de criação de Ucs; iii) de implantação de assentamentos rurais e urbanos; e iv) agrícolas (PRONAF).</p> <p>⇒ Integrar os organismos responsáveis pelas políticas ambientais e de ciência e tecnologia.</p> <p>⇒ Integrar institucionalmente os organismos responsáveis pela gestão ambiental.</p> <p>⇒ Consolidar a gestão participativa de UCs, fazendo com que sirva de coluna vertebral para um modelo de conservação e uso sustentável dos recursos naturais das florestas tropicais brasileiras.</p>	<p>Consolidação e expansão de iniciativas inovadoras de gestão comunitária e proteção de TIs e UCs, envolvendo a cooperação entre as três esferas do Poder Público, as populações locais e as organizações diretamente envolvidas.</p> <p>⇒ Consolidação de experiências em UCs de Uso Sustentável, com ênfase no manejo dos recursos naturais renováveis por parte das comunidades e na certificação sócio-ambiental.</p> <p>⇒ Apoio a estratégias inovadoras de gestão de Ucs de Proteção Integral federais, estaduais e municipais.</p> <p>⇒ Desenvolvimento de ações em áreas de entorno de UCs e TIs em articulação com programas de gestão bio-regional (p. ex. corredores ecológicos e bacias hidrográficas), áreas de remanescentes de quilombos e projetos de assentamento do INCRA/MDA. Essas ações devem incluir educação ambiental e produção sustentável.</p> <p>⇒ Apoio à criação, implantação e implementação de UCs, assim como ao reconhecimento de TIs, com base num processo amplamente discutido com as populações locais e as organizações diretamente envolvidas.</p> <p>⇒ Apoio a iniciativas de resolução de conflitos na criação, consolidação e gestão de UCs e TIs, por meio do fortalecimento e capacitação do Ministério Público e organismos judiciários, criação de órgãos especializados na defesa do meio ambiente e da formalização de espaços institucionais de negociação (ex. conselhos).</p> <p>⇒ Apoio à criação de instrumentos financeiros para a sustentação das Áreas Protegidas no longo prazo.</p> <p>⇒ Apoio a iniciativas voltadas à potencialização dos impactos positivos e à compensação dos impactos negativos que a criação e a implementação de Áreas Protegidas geram no entorno.</p>	<p>⇒ MMA/SBF</p> <p>⇒ MMA/SCA</p> <p>⇒ MJ/FUNAI</p> <p>⇒ IBAMA/CGUC/DIREC</p> <p>⇒ IBAMA/DIREN</p> <p>⇒ IBAMA/CNPT</p> <p>⇒ COIAB</p> <p>⇒ GTA/CNS</p> <p>⇒ GTA/Ambientalista</p> <p>⇒ RMA</p> <p>⇒ INCRA</p> <p>⇒ ABEMA</p> <p>⇒ ANAMA</p> <p>⇒ ASSOC. RPPN</p> <p>⇒ Fórum dos Ministérios Públicos da Amazônia Legal.</p> <p>⇒ OEMAS da Amazônia</p> <p>⇒ ABEMA</p> <p>⇒ ANAMA</p>	<p>⇒ Política de Segurança Nacional</p> <p>⇒ Plano Pluri Anual (PPA)</p> <p>⇒ Eixos de Desenvolvimento do Avanço Brasil</p> <p>⇒ Políticas do próprio MMA (PNF, PNB)</p>	<p>⇒ ARPA</p> <p>⇒ FUNBIO</p> <p>⇒ Programa Nacional de Florestas (PNF)</p> <p>⇒ PROBIO</p> <p>⇒ Linhas de financiamento do CNPT</p> <p>⇒ Linhas de financiamento do FNMA ligadas à MA e Amazônia</p> <p>⇒ PROECOTUR</p> <p>⇒ Negócios sustentáveis</p> <p>⇒ Programa de DS do AP</p> <p>⇒ Programa de DS do AC</p> <p>⇒ Capacitação e monitoramento da MA – RMA</p> <p>⇒ Prodeagro</p> <p>⇒ Planaflo</p> <p>⇒ Manirauá</p> <p>⇒ Preservação RJ</p> <p>⇒ Preservação RS</p> <p>⇒ Preservação SC</p> <p>⇒ Programa MA</p> <p>⇒ Proj. Jardim Botânico RJ</p> <p>⇒ Proecos/Direc/Ibama</p> <p>⇒ Sivam</p> <p>⇒ Avanço Brasil</p> <p>⇒ Calha Norte</p> <p>⇒ Prodetur</p> <p>⇒ PCNs em Ação da Secretaria de Ensino Fundamental / MEC.</p>	<p>⇒ Resolução de conflitos em Áreas Protegidas (envolvendo Ministério Público, INCRA, IBAMA, MMA, FUNAI, populações locais, povos indígenas e suas entidades representativas, entidades da sociedade civil e outros).</p> <p>⇒ Ampliação do PPTAL e do PDPI para as áreas de domínio da Mata Atlântica.</p> <p>⇒ Apoio à democratização da gestão pública em Áreas Protegidas.</p> <p>⇒ Extensão do Projeto Negócios Sustentáveis para as Áreas Protegidas da Mata Atlântica e da Amazônia.</p> <p>⇒ Apoio à implantação de pagamentos por serviços ambientais como forma de sustentação no longo prazo das Áreas Protegidas.</p> <p>⇒ Criação de fundos para a manutenção de Áreas Protegidas na Amazônia e no domínio da Mata Atlântica.</p> <p>⇒ Apoio a mecanismos que assegurem a proteção das Áreas de Preservação Permanente.</p> <p>⇒ Ampliação dos incentivos para a implantação de RPPNs.</p>

Linha 2: Uso sustentável de recursos naturais

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
<p>⇒ Aumento da participação relativa do uso sustentável dos recursos naturais no PIB regional.</p> <p>⇒ Reversão do modelo predatório de uso dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares rurais.</p> <p>⇒ Mudança do perfil de alocação dos recursos públicos de fomento à produção.</p> <p>⇒ Aumento da oferta, da qualidade e da competitividade de produtos gerados de forma sustentável.</p> <p>⇒ Melhoria e democratização do conhecimento sobre a produção familiar sustentável</p> <p>⇒ Sistema permanente de formação /capacitação adequado à produção sustentável estruturado.</p> <p>⇒ Empreendimentos rurais explorados de forma integral.</p> <p>⇒ Maior valor agregado para o uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Produtores com maior conhecimento das cadeias produtivas.</p> <p>⇒ Renda dos produtores melhorada.</p> <p>⇒ Instrumentos de valorização dos serviços ambientais criados.</p> <p>⇒ Legislação adequada ao uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Melhoria da sustentabilidade ambiental dos projetos de assentamento.</p> <p>⇒ Utilização da Reforma Agrária como instrumento de conservação das florestas tropicais.</p> <p>Redução da taxa de evasão dos assentados.</p>	<p>1. Geração, Gestão e Validação de Tecnologias e Informações para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais</p> <p>⇒ Levantamento e sistematização dos estudos realizados e promoção de novos estudos sobre setores estratégicos para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais.</p> <p>⇒ Incentivo à pesquisa participativa em institutos de pesquisa (públicos e privados) sobre produção familiar sustentável.</p> <p>⇒ Apoio ao desenvolvimento de modelos alternativos de produção familiar sustentável, avaliando e validando as iniciativas inovadoras de produtores familiares.</p> <p>⇒ Apoio ao desenvolvimento de tecnologias e aplicações industriais para os produtos agrícolas, florestais e pesqueiros.</p> <p>⇒ Capacitação de técnicos e agricultores familiares para os aspectos relacionados ao meio ambiente, de forma integrada ao seu meio de vida (práticas ambiental e socialmente adequadas).</p> <p>⇒ Capacitação de produtores familiares e lideranças locais em atividades não agrícolas no meio rural.</p> <p>⇒ Promoção de modelos alternativos de assistência técnica e extensão rural (ex. cooperativas de serviços) para apoiar a produção familiar rural sustentável.</p> <p>⇒ Apoio à estruturação de redes de prestação de serviços de assistência técnica para a produção familiar, com foco em sistemas produtivos sustentáveis.</p> <p>⇒ Apoio à implantação do fundo de apoio do Proambiente.</p> <p>⇒ Apoio à implantação de modelos alternativos de educação na zona rural (ex. casa familiar rural, escola família agrícola).</p> <p>⇒ Apoio à formação de uma rede de informações com a integração dos bancos de dados existentes e a incorporação de novas formas de comunicação (Internet, linhas 0800).</p> <p>2. Desenvolvimento e Adequação de Instrumentos Econômicos para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais.</p> <p>⇒ Promoção integral de iniciativas de fomento das cadeias produtivas sustentáveis.</p> <p>⇒ Apoio à criação de agências locais de crédito, estabelecimentos de micro-crédito e cooperativas de crédito adequadas às necessidades dos produtores familiares;</p> <p>⇒ Desenvolvimento de estratégias destinadas a recuperar/reabilitar Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente para a produção familiar.</p> <p>⇒ Facilitação/viabilização do acesso a recursos de apoio a infra-estrutura.</p> <p>⇒ Apoio à interação com programas que tenham como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Promoção de iniciativas de crédito adequadas à produção familiar sustentável que considerem o valor dos serviços ambientais associados (ex. destinar recursos para implantação do fundo de apoio do Proambiente).</p> <p>⇒ Incentivo à criação de linhas de financiamento para projetos não agrícolas de baixo impacto ambiental.</p>	<p>⇒ MMA/SCA/PDA,</p> <p>⇒ MMA/SBF/PNF</p> <p>⇒ MDA/SPF</p> <p>⇒ MDA/Incrá</p> <p>⇒ MCT</p> <p>⇒ Ibama/CNPT</p> <p>⇒ MJ/FUNAI</p> <p>⇒ GTA/Contag</p> <p>⇒ Coiab</p> <p>⇒ RMA/ASPTA</p> <p>⇒ Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia</p> <p>⇒ Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</p>	<p>Área estratégica1</p> <p>⇒ Pesquisa agropecuária e florestal</p> <p>⇒ Capacitação</p> <p>⇒ Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER</p> <p>⇒ Educação</p> <p>⇒ Produção familiar</p> <p>Área estratégica 2</p> <p>⇒ Financiamento da produção</p> <p>⇒ Produção familiar</p> <p>Área estratégica3</p> <p>⇒ Políticas de cooperativismo e associativismo</p> <p>⇒ Financiamento da produção</p> <p>⇒ Estabilização de preços</p> <p>⇒ Classificação, rotulagem e sanitária</p> <p>⇒ Produção familiar</p> <p>Área estratégica 4</p> <p>⇒ Reforma agrária</p>	<p>⇒ Proambiente;</p> <p>⇒ Projeto de Agroextrativismo (Prodex)</p> <p>⇒ Áreas Alteradas</p> <p>⇒ Prorenda</p> <p>⇒ FNMA</p> <p>⇒ Funbio</p> <p>⇒ PNF</p> <p>⇒ Incra</p> <p>⇒ Pronaf</p> <p>⇒ FNO</p> <p>⇒ BNDES</p> <p>⇒ Comunidade Ativa</p> <p>⇒ Emater e órgãos similares</p> <p>⇒ Cooperativas e ONGs.</p>	<p>⇒ Educaçã o Ambiental</p> <p>⇒ Modelos alternativos de educação e gestão rural</p>

Linha 2: Uso sustentável de recursos naturais (continuação)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
<p>⇒ Aumento da participação</p>	<p>3. Desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis</p>	<p>⇒ MMA/SCA/PDA,</p>	<p>Área estratégica1</p>	<p>⇒ Proambiente;</p>	<p>⇒ Educação</p>

<p>relativa do uso sustentável dos recursos naturais no PIB regional.</p> <p>⇒ Reversão do modelo predatório de uso dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares rurais.</p> <p>⇒ Mudança do perfil de alocação dos recursos públicos de fomento à produção.</p> <p>⇒ Aumento da oferta, da qualidade e da competitividade de produtos gerados de forma sustentável.</p> <p>⇒ Melhoria e democratização do conhecimento sobre a produção familiar sustentável</p> <p>⇒ Sistema permanente de formação /capacitação adequado à produção sustentável estruturado.</p> <p>⇒ Empreendimentos rurais explorados de forma integral.</p> <p>⇒ Maior valor agregado para o uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Produtores com maior conhecimento das cadeias produtivas.</p> <p>⇒ Renda dos produtores melhorada.</p> <p>⇒ Instrumentos de valorização dos serviços ambientais criados.</p> <p>⇒ Legislação adequada ao uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>⇒ Melhoria da sustentabilidade ambiental dos projetos de assentamento.</p> <p>⇒ Utilização da Reforma Agrária como instrumento de conservação das florestas tropicais. Redução da taxa de evasão dos assentados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação/capacitação em processos produtivos sustentáveis, com ênfase na gestão de negócios. ▪ Organização social produtiva e comercial integral. ▪ Geração e disseminação de informações sobre características e potenciais das cadeias produtivas que sejam de interesse para os beneficiários do programa. ▪ Estímulo ao reconhecimento da propriedade intelectual dos conhecimentos das populações tradicionais. ▪ Criação de instrumentos que valorizem os serviços ambientais. ▪ Fomento (por meio de estudos, debates e disseminação de informações) e adequação da legislação pertinente, visando ao uso sustentável dos recursos naturais. ▪ Fomento do uso sustentável dos recursos naturais nas compras governamentais nos diferentes níveis. <p>4. Acesso à terra</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomento à recuperação de áreas degradadas nos planos de desenvolvimento sustentável dos assentamentos, priorizando Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. ▪ Apoio à formulação / implementação de leis para criação de projetos de assentamentos adaptados ao uso sustentável dos recursos naturais. ▪ Apoio ao combate da grilagem de terras, destinando-as para o uso sustentável. ▪ Apoio à organização social nos projetos de assentamento como aliada da fiscalização e do controle na utilização dos recursos naturais. ▪ Fomento às experiências de uso sustentável dos recursos naturais que sirvam como referência para os projetos de assentamentos da Reforma Agrária. 	<p>⇒ MMA/SBF/PNF</p> <p>⇒ MDA/SPF</p> <p>⇒ MDA/Incrá</p> <p>⇒ MCT</p> <p>⇒ Ibama/CNPT</p> <p>⇒ MJ/FUNAI</p> <p>⇒ GTA/Contag</p> <p>⇒ Coiab</p> <p>⇒ RMA/ASPTA</p> <p>⇒ Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia</p> <p>⇒ Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</p>	<p>⇒ Pesquisa agropecuária e florestal</p> <p>⇒ Capacitação</p> <p>⇒ Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER</p> <p>⇒ Educação</p> <p>⇒ Produção familiar</p> <p>Área estratégica 2</p> <p>⇒ Financiamento da produção</p> <p>⇒ Produção familiar</p> <p>Área estratégica3</p> <p>⇒ Políticas de cooperativismo e associativismo</p> <p>⇒ Financiamento da produção</p> <p>⇒ Estabilização de preços</p> <p>⇒ Classificação, rotulagem e sanitária</p> <p>⇒ Produção familiar</p> <p>Área estratégica 4</p> <p>⇒ Reforma agrária</p>	<p>⇒ Projeto de Agroextrativismo (Prodex)</p> <p>⇒ Áreas Alteradas</p> <p>⇒ Prorenda</p> <p>⇒ FNMA</p> <p>⇒ Funbio</p> <p>⇒ PNF</p> <p>⇒ Incra</p> <p>⇒ Pronaf</p> <p>⇒ FNO</p> <p>⇒ BNDES</p> <p>⇒ Comunidade Ativa</p> <p>⇒ Emater e órgãos similares</p> <p>⇒ Cooperativas e ONGs.</p>	<p>Ambiental</p> <p>⇒ Modelos alternativos de educação e gestão rural</p>
---	--	--	---	---	---

Linha 3: Monitoramento, prevenção e controle do desmatamento e queimadas

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
------------------------	--------------------	----------------------	-------------------------	-----------------------	-------------------

<p>1. Controle social dos desmatamentos por meio de ações da sociedade civil e do Ministério Público.</p>	<p>⇒ Habilitar e fortalecer a sociedade civil para desempenhar seu papel social e ambiental no controle de desmatamentos. ⇒ Disponibilizar informações sobre o assunto para a sociedade civil. ⇒ Garantir a participação da sociedade no processo de gestão florestal. ⇒ Facilitar o processo de participação social na tomada de decisões por meio de conselhos e câmaras. ⇒ Promover a capacitação com vistas ao empoderamento da sociedade civil. ⇒ Disponibilizar informações sobre monitoramento, controle e prevenção de desmatamentos para a rede formal de ensino.</p>	<p>Setor privado: ⇒ Federação, sindicatos e confederações ⇒ Produtores ⇒ CNBB, SBPC, CPT, MST, CONTAG, ONGs, CUT, CNI, CNA</p> <p>Setor Público: ⇒ Presidência da República, governadores e prefeitos ⇒ Órgãos e colegiados de meio ambiente, agrícolas, fiscais, fundiários, de saúde, educação e industriais. ⇒ Poder Legislativo ⇒ Ministério Público</p>	<p>⇒ Política ambiental de crédito agrícola ⇒ Política fundiária fiscal, educacional e industrial</p>	<p>⇒ Avança Brasil ⇒ Proarco ⇒ Prodatur ⇒ Pronaf ⇒ Reforma Agrária ⇒ PNF ⇒ SCA/MMA/Agroextrativismo</p>	<p>N.I.</p>
<p>2. Prevenção de desmatamentos e queimadas com aplicação de instrumentos econômicos implementados</p>	<p>⇒ Estabelecer mercado de madeira com a cultura do "produtor florestal". ⇒ Realizar estudos para fomentar mercados, tais como sequestros de CO₂, produção florestal, comercialização de Reserva Legal. ⇒ Fomentar mecanismos de remuneração para serviços ambientais. ⇒ Fomentar atividades agroflorestais capazes de prevenir desmatamentos. ⇒ Criar mecanismos que levem à certificação de produtos sustentáveis.</p>	<p>⇒ MA ⇒ Bancos ⇒ Ministério da Fazenda e secretarias estaduais de fazenda ⇒ MDA (Incrá e órgãos estaduais de terra) ⇒ MIR, ⇒ MCT ⇒ FETAGRI, ⇒ CNA ⇒ MST ⇒ GTA ⇒ Produtores rurais ⇒ Estados e municípios</p>	<p>⇒ Crédito fiscal ⇒ Fundiária ⇒ Ciência e Tecnologia ⇒ Desenvolvimento econômico ⇒ Educação</p>	<p>⇒ Pronaf ⇒ FNO ⇒ Proambiente ⇒ ICMS ⇒ ITR ⇒ Avança Brasil</p>	<p>N.I.</p>
<p>3. Estratificação e qualificação do processo/dinâmica de desmatamento e queimada na Amazônica e na Mata Atlântica implementados.</p>	<p>⇒ Realizar o cadastro georreferenciado de imóveis rurais. ⇒ Apoiar os estados na elaboração de base cartográfica 1:100.000 ou conforme área crítica. ⇒ Pluralizar e agilizar serviços de monitoramento. ⇒ Disponibilizar a base de dados na Internet. ⇒ Garantir a disponibilidade de tecnologia atualizada e de baixo custo para o controle e monitoramento. ⇒ Integrar os sistemas de monitoramento em uma base nacional. ⇒ Considerar os processos de expansão das fronteiras de desenvolvimento. Realizar inventário da tipologia florestal em áreas estratégicas/prioritárias.</p>	<p>⇒ MDA/Incrá ⇒ Ministério dos Transportes ⇒ SAE ⇒ MMA/Ibama ⇒ MCT ⇒ Ministério do Planejamento ⇒ Ministério do Interior ⇒ Sociedade civil organizada ⇒ Outros (estados, municípios)</p>	<p>⇒ Expansão dos eixos de integração ⇒ Gestão territorial ⇒ Política fundiária ⇒ Educação ambiental ⇒ Política agrária</p>	<p>⇒ Proarco ⇒ Avança Brasil ⇒ Proambiente ⇒ ZEE ⇒ PPG7 ⇒ Sivam ⇒ Prodes</p>	<p>N.I.</p>

Linha 3: Monitoramento, prevenção e controle do desmatamento e queimadas (continuação 1)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
4. Referencial para controle e monitoramento de desmatamentos e queimadas pactuado.	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Estabelecer procedimento referencial único para licenciamento. ⇒ Desenvolver e implementar instrumentos jurisdicionais de defesa da floresta (Ministério Público, Judiciário, Polícia). ⇒ Promover a integração das informações por meio de um banco de dados de acesso comum. ⇒ Propiciar um sistema de controle de desmatamentos simples e eficiente com alto grau de participação social. ⇒ Estabelecer normativas de modelo pactuado pelos diferentes atores envolvidos. ⇒ Desenvolver indicadores de Qualidade ambiental para o sistema. ⇒ Realizar fiscalização integrada com sistema de monitoramento e licenciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ MMA ⇒ MDA ⇒ MI ⇒ MPs ⇒ MD ⇒ MPOG ⇒ OEMAs ⇒ FETAGRI, ONGs, GTA ⇒ Universidade ⇒ Institutos de Pesquisa ⇒ Secretarias de Agricultura ⇒ Federações de Agricultura ⇒ Movimentos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Agrícola ⇒ Fundiária ⇒ Agrária ⇒ De saúde pública ⇒ De segurança pública ⇒ CIR-BIO ⇒ De clima 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Sipam/Sivam ⇒ Pronaf ⇒ Proarco ⇒ Prevfogo ⇒ ENIDs ⇒ PNF ⇒ Prodes ⇒ PNSP ⇒ FNO ⇒ C&T (LBA, CIAMB, IM) 	N.I.
5. Institucionalização dos papéis da União, dos Estados e dos Municípios no controle e no monitoramento de desmatamento internalizada.	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Garantir meios para que as polícias civil e florestal desempenhem o seu papel no controle do desmatamento. ⇒ Integrar o poder das polícias ambiental, fiscal e sanitária. ⇒ Criar mecanismos para fortalecer a articulação interinstitucional. ⇒ Fortalecer a gestão local. ⇒ Apoiar a gestão descentralizada e compartilhada entre União, Estados e Municípios. ⇒ Fortalecer a missão das agências estaduais do Ibama. ⇒ Ampliar e consolidar as ações do Ministério Público na gestão ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ MMA ⇒ Ibama ⇒ OEMAs ⇒ Secretarias municipais de Meio Ambiente ou afins ⇒ Ministério Público ⇒ Polícias civil e militar ⇒ Conselhos e câmaras técnicas ⇒ Perícias técnicas ⇒ Bombeiros ⇒ Defesa civil 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Política ambiental ⇒ Política agrícola e de crédito ⇒ Política industrial ⇒ Política de segurança pública 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ PP-G7 ⇒ Proarco ⇒ PMNA II ⇒ SIVAM ⇒ FNMA 	N.I.
6. Políticas públicas para os setores florestal e de áreas protegidas implementadas	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Apoiar a negociação e a implementação de instrumentos legais para efetivação da política florestal. ⇒ Estimular a recuperação de áreas degradadas em regiões estratégicas. ⇒ Apoiar a implementação dos sistemas estaduais de UC. ⇒ Apoiar a implementação de corredores ecológicos. ⇒ Apoiar a criação e a consolidação de florestas de produção. ⇒ Avaliar criticamente a política florestal vigente, buscando aprimorá-la. ⇒ Promover a reincorporação de áreas alteradas ao processo produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Instituições financeiras ⇒ OEMAS ⇒ Federação de indústria ⇒ Secretarias estaduais de desenvolvimento ⇒ Ibama ⇒ MMA ⇒ Seplan 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Política de fomento ao crédito do setor de base florestal ⇒ Política de conservação e biodiversidade ⇒ Política industrial e de mercado do setor florestal 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ PNF ⇒ Promanejo ⇒ ARPA ⇒ PP-G 7 ⇒ Proecotur ⇒ Programas estaduais específicos ⇒ ZEE 	N.I.

Linha 3: Monitoramento, prevenção e controle do desmatamento e queimadas (continuação 2)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
7. Uso do fogo sob controle	⇒ Garantir a ampliação da participação comunitária. ⇒ Integrar as ações de comando e controle com as ações de prevenção. ⇒ Fomentar a mudança de perfil do produtor e da propriedade rural. ⇒ Fomentar desenvolvimento, validação e adoção de tecnologias alternativas ao uso do fogo. ⇒ Fomentar atividades comunitárias para controle e uso de fogo (a exemplo do que faz a ONG Amigos da Terra).	⇒ MMA ⇒ MCT ⇒ MDA ⇒ OEMA ⇒ Ministério da Justiça ⇒ Ministério da Saúde ⇒ Ministério da Fazenda ⇒ MPG ⇒ MEC ⇒ MME ⇒ MAGRIO ⇒ Incra ⇒ Sociedade civil ⇒ Poder Público Municipal ⇒ Funai	⇒ Políticas ambientais ⇒ Saúde ⇒ Crédito ⇒ Investimento ⇒ Desenvolvimento agrário ⇒ Educação ⇒ Segurança pública ⇒ Energia	⇒ PPG7 ⇒ Proteger ⇒ Promanejo ⇒ Proarco ⇒ Sivam ⇒ Sipam ⇒ PPA ⇒ FNMA ⇒ PNF ⇒ Flona Tapajós ⇒ Amigos da Terra ⇒ Pronaf	N.I.

Linha 4: Desenvolvimento territorial e desenvolvimento local sustentável

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
<p>A. Zoneamento ecológico e econômico</p> <p>1. ZEE finalizado na Amazônia Legal e na Mata Atlântica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Garantir as condições de infra- estrutura de apoio e monitoramento das recomendações do ZEE. ⇒ Propiciar meios técnicos e financeiros para identificar interessados (<i>stakeholders</i>) e inseri-los no processo de trabalho. ⇒ Manter e apoiar programas de capacitação técnica e gerencial às equipes de ZEE. 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Sivam ⇒ Sociedade civil ⇒ Incra ⇒ Ibama ⇒ CPRM ⇒ Embrapa ⇒ ANA ⇒ DNPM ⇒ Estado ⇒ Município ⇒ Ministério Público 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Política de planejamento (principal) ⇒ Demais políticas são subsidiárias: agrária, de transportes e agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Bacias hidrográficas ⇒ Projetos produtivos ⇒ Recuperação de áreas alteradas ⇒ Controle de desmatamento ⇒ Consórcio ZEE (Gerador de dados bio-físicos) ⇒ Zoneamento agroecológico (Embrapa) ⇒ PNMA II 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Trabalhar as interfaces entre os programas e políticas setoriais pode ser a grande contribuição do PPG7. ⇒ Existem sobreposições entre a Linha Temática 2: Uso Sustentável dos Recursos Naturais, e o eixo Modelos de Desenvolvimento da Linha Temática 4. ⇒ Articulação interinstitucional é um grande problema detectado em vários grupos ⇒ Identificar programas, projetos, políticas nas diferentes linhas temáticas para determinar <i>a priori</i> "interfaces programáticas" ⇒ Privilegiar a construção de modelos institucionais não hierárquicos e sim processo com base em negociações.
<p>2. Instituições articuladas implementando o ZEE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Criar condições para ampliar as articulações institucionais além da órbita do MMA. ⇒ Aumentar a transparência nas decisões políticas/administrativas que influenciam o ordenamento territorial. ⇒ Aumentar a coerência de decisões políticas/administrativas. ⇒ Desconcentrar as coordenações, estimulando a adoção de metodologias de gerenciamento matriciais (CDF, SWAP, Planejamento Situacional). ⇒ Identificar atores nas arenas políticas locais dos estados e regiões responsáveis pelas intermediações entre agentes públicos e poder local. 		<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Definição de eixos de desenvolvimento ⇒ Áreas protegidas ⇒ Política de transporte Intermodal (viário/ hidroviário/ ferroviário) ⇒ Política fundiária ⇒ Política de recursos hídricos ⇒ Serviços ambientais em áreas antropizadas ⇒ Planos de desenvolvimento local sustentáveis ⇒ Prog. Avança Brasil ⇒ Prog. Calha Norte 		
<p>3. Atores sociais mobilizados e envolvidos na implementação do ZEE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ "Empoderamento" das populações locais. ⇒ Zoneamento participativo. ⇒ Efetivar níveis de participação pública mais concretos e menos discursivos, evitando preferências por grupos ou instituições. ⇒ Dar mais ênfase à análise/ manejo de conflitos entre o setor empresarial e demais atores ocupantes do espaço no processo do ZEE e de sua implementação 				
<p>4. Planejamento do desenvolvimento permeado pelo ZEE na Amazônia Legal e na Mata Atlântica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Orientar os sistemas estaduais de meio ambiente e órgãos vinculados para definição de problemas e escolhas de prioridades com vistas a convergir com os objetivos do ZEE. 				

Linha 4: Desenvolvimento territorial e desenvolvimento local sustentável (continuação 1)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
<p>B. Modelos de desenvolvimento</p> <p>1. – Integração e articulação entre setores: ⇒ Modelos setoriais (agricultura, mineração, indústria, ocupação Territorial) sustentáveis desenvolvidos, testados e implementados. ⇒ Metodologia de negociação e gestão de conflitos sobre uso e ocupação desenvolvidas e testadas. ⇒ Impactos socioambientais dos eixos de desenvolvimento mitigados. ⇒ Recursos humanos qualificados no gerenciamento e operação de modelos setoriais sustentáveis.</p> <p>2. Promoção de estratégias integradas de Conservação e Desenvolvimento no âmbito micro-regional: ⇒ Iniciativas de desenvolvimento e conservação planejadas e articuladas no âmbito micro-regional. ⇒ Produção agrícola de baixo impacto/SAFs nos assentamentos da Reforma Agrária assegurada. ⇒ Políticas regionais de infraestrutura adequadas à produção familiar. ⇒ Sistemas produtivos locais articulados no âmbito regional. ⇒ Tecnologias adequadas à produção familiar disponíveis.</p> <p>3. Cenários e dinâmicas de uso e ocupação: ⇒ Tendências e cenários de desenvolvimento equacionados. ⇒ Dinâmicas de ocupação conhecidas e monitoradas</p> <p>5. Difusão de experiências exitosas ⇒ Experiências exitosas de uso sustentável sistematizadas e replicadas</p>	<p>⇒ Institucionalizar diálogo com Ministérios-chave (Planejamento, Transportes, Minas e Energia, Agricultura). ⇒ Nos pólos existentes, promover articulação de políticas setoriais. ⇒ Compatibilizar política fundiária com modelos sustentáveis da grande e pequena propriedade rural. ⇒ Promover integração setorial para apoio e orientações técnicas e legais para regularização das atividades. ⇒ Investir prioritariamente em capacitação de recursos humanos e apoiar a organização setorial. ⇒ Priorizar a formação de recursos humanos em âmbito regional, com programas de absorção destes. ⇒ Promover interrelacionamento com órgãos responsáveis por atividades específicas. ⇒ Avaliar os custos socioambientais do desenvolvimento sustentável ou ações para o seu estabelecimento. ⇒ Apoiar mecanismos (fóruns, encontros, conselhos) voltados à prevenção e resolução de conflitos de políticas setoriais.</p> <p>⇒ Fortalecer critérios ambientais nas linhas de crédito. ⇒ Desenvolver incentivos fiscais para produção sustentável. ⇒ Fomentar projetos de Produção e Desenvolvimento aplicáveis à realidade regional. ⇒ Desenvolver projeto piloto de integração de iniciativas de conservação e produção sustentável em uma micro-região. ⇒ Apoiar o desenvolvimento de modelos produtivos sustentáveis (setoriais). ⇒ Apoiar e promover modelos de desenvolvimento territorial inovadores como Corredores, mosaico de áreas protegidas e reservas da biosfera.</p> <p>⇒ Identificar e monitorar “fatores de mudança” no desenvolvimento territorial, estudar tendências e cenários</p> <p>⇒ Identificar e difundir bons exemplos de desenvolvimento territorial na Amazônia e na Mata Atlântica</p>	<p>N.I.</p>	<p>⇒ Políticas de C&T ⇒ Política de crédito bancário ⇒ Política mineral ⇒ Política ambiental ⇒ Política de recuperação da Mata Atlântica ⇒ Política agrária</p>	<p>⇒ Corredores Ecológicos como parte do desenvolvimento territorial.</p>	<p>⇒ A questão urbana é a grande lacuna (nenhuma Linha Temática trabalhou mais profundamente sobre o tema). ⇒ Há necessidade de desenvolver linguagem/ferramental de comunicação entre os diversos níveis, escalas, esferas de ZEE/ planejamentos – Interfaces/ transposição de escala – níveis de abordagem. ⇒ É preciso sistematizar informações sobre os erros e acertos da primeira fase para não repeti-los na segunda</p>

Linha 4: Desenvolvimento territorial e desenvolvimento local sustentável (continuação 2)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
<p>C. Questão fundiária</p> <p>1. Conhecimento interinstitucional da ocupação fundiária produzido</p> <p>2. Organização da estrutura fundiária influenciada e promovida</p> <p>3. Estratégias para ação interinstitucional integrada formuladas, incorporadas e implementadas</p> <p>1. Legislações e procedimentos nas áreas fundiária e ambiental compatibilizadas</p> <p>5. Metodologias de negociação e gestão de conflitos formuladas, incorporadas e implementadas</p>	<p>⇒ Promover negociação do planejamento, da organização e da gestão compartilhada dos conhecimentos necessários.</p> <p>⇒ Produzir e sistematizar dados sobre a ocupação fundiária.</p> <p>⇒ Articular as ações de ordenamento fundiário com o cadastro único.</p> <p>⇒ Promover a regularização fundiária em áreas prioritárias e de conflito.</p> <p>⇒ Compatibilizar metodologias de destinação de áreas entre órgãos públicos.</p> <p>⇒ Integrar ações de desenvolvimento territorial das diversas esferas governamentais</p> <p>⇒ Produzir modelos de gestão e protocolos de ação integrada entre instituições.</p> <p>⇒ Criar fóruns para troca e planejamento de ações interinstitucionais integradas.</p> <p>⇒ Promover estudos e elaborar propostas para a compatibilização de legislações e procedimentos nas áreas fundiária e ambiental</p> <p>⇒ Elaborar metodologias e protocolos de negociação de conflitos.</p> <p>⇒ Capacitar pessoal em negociação de conflitos</p>	<p>⇒ Sivam</p> <p>⇒ Sociedade civil</p> <p>⇒ Incra</p> <p>⇒ Ibama</p> <p>⇒ CPRM</p> <p>⇒ Embrapa</p> <p>⇒ ANA</p> <p>⇒ DNPM</p> <p>⇒ Estado</p> <p>⇒ Município</p> <p>⇒ Ministério Público</p>	<p>⇒ Políticas (âmbitos federal, estadual e municipal, não-governamental)</p> <p>⇒ Política fundiária</p> <p>⇒ Políticas de desenvolvimento e integração</p> <p>⇒ Política ambiental</p> <p>⇒ Política de planejamento</p>	N.I.	N.I.
<p>D. Difusão de conhecimentos (transversal)</p> <p>1. Modelo de sistematização de informação (banco de dados) reestruturado</p> <p>2. Modelo implementado a partir de diálogo prévio com as populações</p> <p>3. Tecnologias / informações para atingir (na prática) este modelo adotadas</p>	<p>⇒ Participar no processo</p> <p>⇒ Capacitar agentes para capacitar atores (capacitação em duas mãos)</p> <p>⇒ Reestruturar e montar sistema de assistência técnica para fornecer acompanhamento</p>		<p>⇒ Desenvolvimento (incorporação política ambiental)</p> <p>⇒ Fundiária (Reforma agrária/ agrícola)</p> <p>⇒ Ambiental (Mata Atlântica: política de recuperação)</p> <p>⇒ Científica (de pesquisa)</p>	N.I.	N.I.

Linha 4: Desenvolvimento territorial e desenvolvimento local sustentável (continuação 3)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Coordenação Conjunta	Políticas a influenciar	Projetos relacionados	Lacunas temáticas
------------------------	--------------------	----------------------	-------------------------	-----------------------	-------------------

<p>E. Cidadania fortalecida: ⇒ Instâncias de participação social envolvidas e articuladas, influenciando a tomada de decisões na formulação e implementação das políticas públicas.</p> <p>F. Desenvolvimento econômico promovido de forma sustentável: ⇒ Instrumentos econômicos e fiscais utilizados para dar sustentabilidade à gestão ambiental</p> <p>G. Integração institucional consolidada ⇒ Recursos e ações institucionais convergindo de forma equilibrada para o desenvolvimento local. ⇒ Integrar as ações estratégicas de políticas, programas e projetos em nível local. ⇒ Criar mecanismos de integração das ações do PPG7 em nível local. ⇒ Fortalecer a integração entre os órgãos municipais (*) e a sociedade civil para o desenvolvimento local</p> <p>H. Gestão ambiental promovida ⇒ Poder público local implementando métodos e instrumentos para a gestão ambiental integrada</p> <p>(*)O fortalecimento do estado de direito nos municípios foi considerado pré-requisito para que a gestão ambiental ocorra</p>	<p>⇒ Fortalecer a educação para o exercício da cidadania no currículo escolar (considerando a escolarização formal e não formal). ⇒ Fortalecer a organização da sociedade civil para implementação da gestão ambiental. ⇒ Conscientizar instâncias locais sobre questões de gênero, origem, etnia e geração. ⇒ <i>Institucionalizar instrumentos participativos de promoção do desenvolvimento local sustentável.</i> Promover a participação da sociedade civil no processo de monitoramento desenvolvimento local</p> <p>⇒ Implementar a produção sustentável em nível local (interface com LT2). ⇒ Inserir o conteúdo ambiental na política fiscal. Estabelecer e implementar instrumentos econômicos e fiscais de apoio ao desenvolvimento local de forma integrada</p> <p>⇒ Implementar estratégias inovadoras de diagnóstico e planejamento participativo para o Desenvolvimento Local Sustentável. ⇒ Realizar atividades descentralizadas de gestão ambiental em todos os níveis, de forma articulada com iniciativas de desenvolvimento local. ⇒ Implementar gestão ambiental compartilhada, incluindo e fortalecendo a participação social. ⇒ Apoiar consórcios municipais para a gestão ambiental integrada. ⇒ Fortalecer o órgão municipal ambiental na implementação da gestão ambiental. ⇒ Incluir a questão urbana na gestão ambiental. ⇒ Promover a adequação e implementação do ordenamento jurídico. ⇒ Implementar estratégias de esclarecimento dos governos locais e da sociedade sobre os fundamentos da gestão ambiental e do desenvolvimento local, assim como dos papéis de cada um. ⇒ Internalizar na formulação e implementação das políticas públicas metodologias, conhecimentos e experiências sistematizadas pelo PPG7. ⇒ Promover a incorporação dos saberes e fazeres indígenas e tradicionais no processo de desenvolvimento local. ⇒ Implementar instrumentos de pactuação entre o Poder Público e a sociedade.</p>	<p>⇒ Prefeituras municipais ⇒ Ministério Público ⇒ Poder legislativo municipal ⇒ Entidades da sociedade civil local ⇒ Conselhos (estaduais e municipais) ⇒ Entes federativos (*) (executivo, legislativo e judiciário) ⇒ Consórcios e fóruns intermunicipais ⇒ Instituições de pesquisa e ensino</p> <p>(*)Considerados em dois níveis: horizontal (União, estados e municípios) e vertical (executivo, legislativo e judiciário)</p> <p>Interlocutores no PPG7: Anama, GTA, RMA, Coiab, Coalisão Amazônia (OSCIP), Fórum do Ministério Público de Meio Ambiente da Amazônia, MMA</p>	<p>N.I.</p>	<p>⇒ MMA/SQA ⇒ PNMA II ⇒ FNMA ⇒ Proambiente ⇒ PNUD ⇒ Pronaf ⇒ Alvorada ⇒ Comunidade Solidária ⇒ Comunidade Ativa ⇒ ANA ⇒ BNDES-GESPAR ⇒ PCPRS ⇒ Farol ⇒ BNB ⇒ Funbio ⇒ GEF ⇒ MDA ⇒ ADA ⇒ PGAI ⇒ Resex ⇒ Subprograma MA ⇒ Provarzea ⇒ PDPI ⇒ Proteger ⇒ Negócios Sustentáveis ⇒ PDA ⇒ FUNCOPI ⇒ Unigestão ⇒ PGAM</p>	<p>N.I.</p>
---	--	---	-------------	---	-------------

Linha 5: Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Problemas a resolver	Políticas a influenciar
<p>1. Número e capacidade dos grupos de pesquisa na Amazônia ampliados em temas relevantes para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>⇒ Melhorar a articulação entre as instituições do Pacto Amazônico que desenvolvem ações em C&T e ensino. ⇒ Incrementar o treinamento, a capacitação e as oportunidades de absorção e distribuição de recursos humanos para o trabalho de C&T.</p>	<p>⇒ Fortalecimento e manutenção da infra-estrutura dos centros de C&T e maior apoio aos centros emergentes da Região Amazônia. ⇒ Treinamento, capacitação e fixação de recursos humanos para o trabalho de C&T na Amazônia.</p>	<p>⇒ Política de formação e fixação de recursos humanos ⇒ Política nacional de biodiversidade ⇒ Política de extensão e fomento à produção científica ⇒ Política de gestão ambiental ⇒ Políticas voltadas para o...</p>

2. Incremento da participação dos beneficiários, incluindo empresas, nas etapas fundamentais de C&T, disseminação por meio de redes de assistência técnica, visando à adoção de tecnologias adequadas ao desenvolvimento sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Aprimorar e apoiar sistemas de identificação de demandas dos beneficiários de C&T. ⇒ Desenvolver tecnologias alternativas ao uso do fogo. ⇒ Promover a disseminação dos conhecimentos gerados em C&T e capacitar os atores locais para a sua aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de organização e de capacidade gerencial para a formulação de demanda objetiva para investimentos em C&T. Ausência de estratégia adequada à disseminação do conhecimento para as comunidades, projetos do PPG7 e demais atores interessados.
3. Geração de tecnologias voltadas ao uso sustentado de áreas desmatadas e à recuperação e enriquecimento florestal de áreas alteradas ou degradadas.	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Promover a sistematização, avaliação e disseminação dos dados disponíveis relativos ao uso sustentável e recuperação de florestas tropicais. 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de conhecimento e de tecnologias para a restauração de ecossistemas.
4. Geração de conhecimento que permita a valoração de serviços ambientais associados à produção sustentável, de forma a viabilizar sistemas de crédito de fomento alternativos.	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Desenvolver critérios e métodos para avaliação do impacto ambiental e sócio-econômico 	
5. Geração de aporte tecnológico que contribua para a viabilidade ecológica e econômica dos sistemas de manejo de recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Estimular a geração e a difusão de tecnologia apropriada ao desenvolvimento sustentável nas empresas e nas cadeias produtivas. ⇒ Aprimorar o desenvolvimento de tecnologias referentes ao uso sustentável dos recursos florestais (madeireiros e não madeireiros) e pesqueiros. ⇒ Gerar conhecimento necessário à utilização sustentável da biodiversidade (incluindo beneficiamento). 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ausência de estudos de mercado para produtos e serviços. ⇒ Avaliação inadequada do mercado e restrição mercadológica aos produtos oriundos da floresta. Falta de sustentabilidade ecológica das formas atuais de manejo florestal
6. Fortalecimento da capacidade de geração de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável por empresas e cadeias produtivas		<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de participação do setor privado no desenvolvimento de ações em C&T
7. Disseminação e incorporação dos conhecimentos gerados ao público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Incluir, de maneira clara, os mecanismos de disseminação e incorporação dos resultados gerados nos projetos de C&T 	
8. Aumento do conhecimento sobre as dinâmicas sociais e sua influência sobre os ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Estimular a atuação conjunta de cientistas sociais e naturais em projetos na Amazônia e Mata Atlântica 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Falta de conhecimento sobre os ecossistemas para orientação do uso sustentável de recursos naturais

Linha 5: Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável (continuação)

Impactos ou Resultados	Ações Estratégicas	Problemas a resolver	Políticas a influenciar
9. Ampliação do conhecimento da biodiversidade e dos acervos biológicos e de coleções, especialmente das espécies ameaçadas, bio-indicadoras e potencialmente úteis	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Promover a ampliação e melhoria das coleções biológicas. ⇒ Consolidar as bases de dados nas várias áreas do conhecimento sobre os ecossistemas tropicais. ⇒ Desenvolver mecanismos de manejo de recursos pesqueiros. ⇒ Estudar indicadores biológicos na criação e monitoramento de áreas protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ausência de bases de dados das coleções e acervos existentes e de integração regional. ⇒ Atualização das informações sobre espécies da fauna e da flora ameaçadas para efetiva elaboração de estratégias de proteção. Ausência de uma "linguagem comum" entre os bancos de dados regionais 	

<p>10. Aumento do uso científico dos conhecimentos tradicionais de comunidades e povos indígenas para o seu usufruto e bem-estar</p>	<p>⇒ Apoiar os mecanismos legais que favoreçam as comunidades tradicionais e povos indígenas no recebimento de “royalties” pelas informações fornecidas. ⇒ Identificação de demandas das comunidades tradicionais e organizações indígenas para sistematização de informações e de conhecimento. ⇒ Promover estudos para resgatar o conhecimento e as práticas das comunidades tradicionais e indígenas associados ao uso e à conservação da biodiversidade. ⇒ Desenvolver mecanismos que melhor integrem o conhecimento científico/tecnológico e o etnoconhecimento.</p>		<p>⇒ Política de formação e fixação de recursos humanos ⇒ Política nacional de biodiversidade ⇒ Política de extensão e fomento à produção científica ⇒ Política de gestão ambiental ⇒ Políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável ⇒ Política de fortalecimento das instituições de C&T ⇒ Política florestal ⇒ Política de uso sustentável de recursos naturais ⇒ Política nacional de recursos hídricos ⇒ Política de etnodesenvolvimento ⇒ Política de cooperação internacional ⇒ Política de acesso ao patrimônio genético ⇒ Política mineral ⇒ Política de investimento em infra-estrutura</p>
<p>11. Melhor entendimento das interações entre biodiversidade-ecossistema-clima associadas às mudanças climáticas e uso do solo</p>	<p>⇒ Aprimorar modelos baseados em processos físicos, químicos e biológicos na integração do conhecimento disponível sobre as interações, biodiversidade-ecossistemas-clima.</p>		
<p>12. Ampliação do conhecimento do funcionamento e uso dos ecossistemas aquáticos amazônicos (ciclos hidrológicos, limnologia, impactos)</p>	<p>⇒ Aprimorar mecanismos de monitoramento dos recursos hídricos</p>		
<p>13. Ampliação da integração da Linha Temática C&T com as demais linhas, subsidiando os projetos do PPG7</p>	<p>⇒ Realização de seminários anuais que busquem estimular a interação de grupos de diferentes linhas temáticas em torno de um determinado objeto de pesquisa.</p>	<p>⇒ Ausência de estratégia de comunicação entre os projetos do PPG7. ⇒ Frágil integração e síntese do conhecimento científico obtido nos últimos anos sobre a Amazônia</p>	